



ISSN: 2675-9381

Observatório
de Movimentos Sociais
da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA

III - outubro - dezembro/2020



**Observatório de Movimentos Sociais da América Latina
Comunica América Latina III - outubro - dezembro 2020
Rio de Janeiro – janeiro de 2021**

**Documento de apoio à pesquisa organizado por pesquisadores
e pesquisadoras do NETSAL**

ISSN: 2675-9381

Responsáveis editoriais: Clarissa Pains, Daniel Henrique Ferreira, Giovana Esther Zucatto, Hellen Oliveira, Lara Sartorio Gonçalves, Maria Eduarda Tavares, Mariane Silva Reghim, Marília Closs, Natasha Martín Lauletta, Paulo César Limongi, Pedro Borba, Raul Nunes, Renata Rodrigues, Simone da Silva Ribeiro Gomes, Vitória Gonzalez.

Revisão: Raul Nunes e Vitória Gonzalez

Diagramação: Mariane Silva Reghim

Capa: Hellen Oliveira

Ilustrações: Matheus Ribs



**Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL
Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues
Coordenação Executiva: Marília Closs**

Site: netsal.iesp.uerj.br

Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

**Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Rua da Matriz, n. 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sumário

Apresentação	4
<i>Marília Closs</i>	
<i>Natasha Martín</i>	
<i>Vitória Gonzalez</i>	
MONITORAMENTO DE PAÍSES	7
Um país sempre dividido: as manifestações em torno da legalização do aborto na Argentina	8
<i>Giovana Esther Zucatto</i>	
Reorganização institucional, gênero e meio ambiente: mobilizações na Bolívia	10
<i>Marília Closs</i>	
Dias de luto, dias de voto: o reflexo do Brasil no fim de 2020	12
<i>Mariane Silva Reghim</i>	
<i>Natasha Martín Lauletta</i>	
“Que o fogo não se apague”: a continuidade incendiária do Chile desde a revolta de 2019	14
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
Protestos na Colômbia entre greves, protestos das mulheres e contra violência policial	16
<i>Paulo Limongi</i>	
O modelo cubano: sucesso sanitário, avanço diplomático e contestações locais	19
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
El Salvador: permanentemente mobilizado, mas em pequena escala	21
<i>Simone da Silva Ribeiro Gomes</i>	
Equador: re-existências ao final de 2020	23
<i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i>	
Diferentes vozes vão às ruas na Guatemala	25
<i>Natasha Martín Lauletta</i>	
Haiti: entre aumento de casos de covid, onda de sequestros e nova Constituição	27
<i>Clarissa Pains</i>	
México no fim de 2020: vacina, violência e resistências feministas, migrantes e territoriais	30
<i>Vitória Gonzalez</i>	

Por uma vida sem LGBTQIAfobia — o Panamá no último trimestre de 2020	32
<i>Hellen Oliveira</i>	
Paraguai: para além do lixo e das reclamações	34
<i>Pedro Borba</i>	
Conflitos no Peru: a geração do bicentenário e o <i>Paro Agrario</i>	36
<i>Raul Nunes</i>	
Se segue em luta — a República Dominicana no último trimestre de 2020	38
<i>Hellen Oliveira</i>	
O Uruguai em meio ao aumento da violência e dos casos da covid-19	40
<i>Maria Eduarda Tavares</i>	
Gênero, migração e desabastecimento: o fim do ano na Venezuela	42
<i>Daniel Henrique Ferreira</i>	
<i>Marília Bernardes Closs</i>	
<i>Simone da Silva Ribeiro Gomes</i>	
TEXTOS TRANSVERSAIS	44
O panorama da questão trans em um 2020 pandêmico: Brasil e Panamá	46
<i>Hellen Oliveira</i>	
<i>Iná Cholodoski</i>	
Das fagulhas ao estopim: a permanente estética do fogo nos protestos latino-americanos	56
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
<i>Simone da Silva Ribeiro Gomes</i>	



Apresentação

Marília Closs¹
Natasha Martín²
Vitória Gonzalez³

Nesta terceira edição do *Comunica América Latina*, trazemos análises de 17 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Em textos de duas páginas, apresentamos monitoramentos que relatam os meses de outubro, novembro e dezembro nos respectivos países. Uma segunda parte da publicação conta com dois textos mais amplos: um deles, de autoria de Hellen Oliveira e Iná Cholodoski, contextualiza a questão trans em 2020 no Brasil e no Panamá; o outro, escrito por Lara Sartorio Gonçalves e Simone da Silva Ribeiro Gomes, reflete sobre a estética do fogo nos protestos latinoamericanos. Com eles, pretendemos acrescentar textos de temáticas transversais às análises mais curtas.

Ao longo do último trimestre do ano, o número de casos e de mortes em função da pandemia da covid-19 cresceu. No entanto, determinados países, como Argentina, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, México e Panamá, avançaram em seus planos de vacinação, alguns iniciando a vacinação ainda antes da virada do ano. O Brasil fechou 2020 com a promessa da CoronaVac, mas ainda não havia a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) até o fim de dezembro. Nos países em que foi possível notar melhoras com relação à crise sanitária, há destaque para os sistemas públicos de saúde, imprescindíveis para dirimir desigualdades sociais em Estados cujos marcadores como classe, gênero, raça e território pautam também o acesso à saúde. De modo geral, o aprofundamento da pandemia, as disputas em torno da vacina e o acirramento de diferentes questões sociais deram a tônica no último trimestre de 2020 no continente.

A América Latina encerrou o ano com mais de 500 mil mortes por covid-19. O Brasil lidera o número de casos e mortes em função do novo coronavírus no subcontinente. O Peru, por sua vez, apresentou a maior taxa de mortes por 100 mil habitantes. No México, a maior velocidade de contágio e a baixa capacidade de testagem corroboraram para números altos: no fim do ano, eram cerca de um milhão e meio de casos e mais de 125 mil mortes, atrás apenas do Brasil em número de óbitos. A Venezuela apresentou baixa significativa no índice de pessoas que vieram a óbito. Apesar dos números alarmantes, a pandemia de covid-19 não é a única tragédia que consta nos monitoramentos apresentados. Os furacões Eta e Iota, por exemplo, deixaram centenas de mortos e milhares de desabrigados na Guatemala e no Panamá.

Eleições em diferentes níveis também apareceram como elementos importantes para as mobilizações sociais no último trimestre do ano. No Brasil, as eleições municipais mostraram uma vitória do dito centro — mais propriamente da centro-direita —, mas com a eleição de uma quantidade significativa de pessoas jovens, negras e da comunidade LGBTQIA+, com o sucesso de muitas propostas de mandatos coletivos para a vereança. Na Bolívia, as eleições presidenciais levaram o

1 Doutoranda em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Contato: mariliacloss@gmail.com.

2 Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Advogada.
Contato: natashalauetta@gmail.com

3 Mestranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, com Bolsa Nota 10 FAPERJ. Contato: vitoria.gonzalez@iesp.uerj.br

Movimento ao Socialismo (MAS) de volta ao poder. Ainda na esfera institucional, no Peru, o imbróglio envolvendo a vacância da presidência levou às ruas as maiores manifestações da história recente do país. Em novembro, foi possível sentir o impacto das tumultuadas eleições estadunidenses, cujo resultado interfere nas relações com o subcontinente latino-americano. A vitória de Joe Biden e a derrota da extrema-direita enfraquecem extremismos nacionais, como é o caso do Brasil, por exemplo. Em função do debate sobre fraude eleitoral, debates que já estavam em curso sobre *fake news* e uso das redes como meios oficiais de comunicação estiveram na agenda.

As movimentações feministas e afro-latino-americanas fizeram ressoar as suas vozes no último trimestre do ano. O Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro, foi marcado por mobilizações lideradas por mulheres em diversos países, sob a principal reivindicação de #NiUnaAMenos, em referência a todas as mulheres assassinadas em decorrência de violências de gênero, sobretudo feminicídios, e da falta de possibilidade de realizar aborto seguro e legal. Na Argentina, a maré verde consolidou ainda mais sua presença nas ruas e comemorou a legalização do aborto no país no dia 30 de dezembro, após votação favorável do Senado. O assunto também foi pauta em países como Bolívia, Equador e Guatemala. Em outros, como Brasil, Equador, Guatemala e República Dominicana, continua-se a tipificar o aborto como crime para os casos baseados na escolha da mulher. Nos protestos, a temática da violência doméstica também ficou evidenciada, ressaltando números que cresceram assustadoramente durante o período de isolamento social imposto pela pandemia. No México, as mobilizações feministas foram constantes ao longo do ano e seguem fazendo frente ao governo de Andrés Manuel López Obrador (Morena); ao brutal número de feminicídios no país (são 11 por dia); à repressão policial; e à violência institucional. Manifestações, intervenções, performances e ocupações compõem o repertório de ação das feministas mexicanas, que inspiram lutas de outras mulheres latinas. No Panamá, a luta pela vida das pessoas LGBTQIA+ foi destaque no trimestre.

As lideranças indígenas espalhadas por toda a América Latina figuram como uma das principais frentes de resistência às sistemáticas violações de direitos humanos e ambientais. No Brasil, a Articulação de Povos Indígenas Brasileiros (APIB) continuou pressionando o governo por medidas sanitárias para povos indígenas, além de terem lançado relatório com dados sobre o impacto da covid-19 em suas comunidades. Na Bolívia, a luta de mais de uma década do Território Indígena Multiétnico (TIM) de Beni avançou com a aprovação de seu estatuto autônomo. No Equador, a memória de outubro de 2019 foi motor para manifestações lideradas por indígenas. Neste país, cabe mencionar o reconhecimento internacional da luta por território realizada por Nemonte Nequimo, líder waorani. No Chile, a resistência mapuche seguiu mobilizada e foi às ruas na celebração do dia de Colombo, manifestar-se contra a violência colonial. No México, a resistência indígena e camponesa segue fazendo frente a diversos megaprojetos, com destaque para o Trem Maia e o Corredor Interoceânico. No Paraguai, as jornadas de luta pela agricultura familiar estiveram, mais uma vez, em destaque no cenário político. No Peru, cresceram as manifestações pedindo a ratificação do Acordo de Escazú (que foi assinado pelo México no período), e o *paro agrario* ganhou força a partir de novembro. Em diversos países, lutas de comunidades indígenas e de grupos ligados a agendas socioambientais seguem pautando a importância da construção de projetos com concepções alternativas de desenvolvimento — ou mesmo alternativas ao desenvolvimento.

A violência colonial continua a dar as caras no continente. Em diversos países, a repressão às manifestações se deu por ação violenta de agentes policiais e do Exército, cuja truculência e uso desmedido da força fazem parte de um constante projeto de morte de determinadas populações e silenciamento de diferentes lutas organizadas. O Brasil segue com o genocídio da população negra.

Nesse sentido, um dos eixos condutores são as ações policiais em favelas, que não cansam de fazer vítimas, inclusive entre crianças. No Chile, a tentativa de assassinato de um jovem de 16 anos lançado no rio Mapocho foi apenas um exemplo de uma polícia estruturalmente violenta. No Equador e no México, seguem tentando silenciar, sistematicamente, as vozes de mulheres e povos indígenas. No Peru, os jovens Bryan e Inti foram assassinados pela Polícia Nacional em um dos protestos massivos de novembro. No Uruguai, houve grande repressão a manifestações culturais, ainda mais agressiva em relação às pessoas negras.

Com a pandemia, houve restrições à mobilidade humana — internamente, com o isolamento social, e externamente, com o fechamento total ou parcial de fronteiras. Contudo, não houve a construção de políticas direcionadas às pessoas migrantes latino-americanas. Na Guatemala, a caravana migrante foi duramente reprimida, com a detenção de quase 2 mil pessoas, que foram impedidas de continuar o caminho rumo aos Estados Unidos. No México, a deportação de migrantes centro-americanos, possivelmente contaminados pela covid-19, mostra o descaso do governo para com esta população. Além disso, o fim do auxílio emergencial em países como Brasil, Equador, Guatemala e Paraguai também veio para acentuar o imbricamento de diferentes crises, notadamente a sanitária e a econômica. Se é verdade que o fim de 2020 veio com a promessa de vacina em muitos países — o que representa um pequeno, mas importante sopro de esperança —, também é verdade que a contração econômica, de cerca de 7.7% no subcontinente de acordo com os dados da CEPAL e a acentuação de desigualdades e da fome apontam para um cenário bastante desolador neste novo ano. A solidariedade e o cuidado não vieram por parte de políticas públicas dos Estados, mas sim de organizações populares — como é o exemplo das *ollas comunes* e de campanhas de solidariedade que colocam no centro da agenda a importância da soberania alimentar.

As campanhas de vacinação, anunciadas ou iniciadas em 2020, podem eventualmente refrear a pandemia, mas esta ainda terá efeitos nefastos, seja em termos de saúde, seja em termos de agravamento de outras crises. Os monitoramentos dos diferentes países que compõem este material ressaltam os modos pelos quais a crise sanitária interpela e acentua outras crises — políticas, econômicas, sociais, ambientais. A gravidade da pandemia não mobilizou todos os governos em prol de políticas de contenção do novo coronavírus, nem poupou diferentes segmentos sociais de seguirem mobilizados por direitos coletivos cujo respeito segue sendo negado, como saúde, alimentação, terra e vida.

O *Comunica América Latina* é um esforço coletivo de sistematização da conjuntura regional e consiste no principal desdobramento do Observatório de Movimentos Sociais da América Latina, que foi criado durante a pandemia por pesquisadoras e pesquisadores do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL), sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Em meio a tempos duros para nossos países, concretizar a publicação deste material é uma aposta na pesquisa e na educação pública. O que surgiu como um desejo de cobrir as mobilizações durante a pandemia, ganhou fôlego ao longo do ano. Com o *Comunica*, buscamos trazer análises curtas baseadas em informações que não circulam diariamente no país. Priorizamos, também, a variedade nas mídias utilizadas como fontes: jornais (pequenos e grandes), redes sociais de movimentos sociais e formas alternativas de divulgação das mobilizações. Ressaltamos que esta publicação é escrita a muitas mãos por pesquisadoras e pesquisadores cujas veias pulsam pela América Latina. As ilustrações são de Matheus Ribs, a quem agradecemos pelo brilhante trabalho que dá plasticidade e cor às palavras aqui escritas.

Esperamos que gostem e tenham uma boa leitura!

**MONITORAMENTO
DE
PAÍSES**

Um país sempre dividido: as manifestações em torno da legalização do aborto na Argentina

Giovana Esther Zucatto¹

Em outubro, a Argentina atingiu o pico no registro de novos casos diários de coronavírus de toda a pandemia: no dia 22 do mesmo mês, foram contabilizadas 18 735 novas infecções. A partir de então, a tendência geral foi de queda nos casos diários, mas o início das férias de verão acompanhou uma subida na curva de infecções a partir da segunda quinzena de dezembro. É difícil mensurar com exatidão as razões que fizeram a Argentina passar de uma nação exemplo no combate à pandemia a ser o quarto país no mundo com mais mortes por milhão de habitantes. As medidas de isolamento social foram populares por pouco tempo e passaram a ser constantemente questionadas pelos opositoristas do governo, como relatado nos últimos números do *Comunica*. Por outro lado, o governo errou em realizar poucos testes e assim perder a capacidade de rastreamento e isolamento dos contágios. Além disso, a natureza geográfica da pandemia mudou: se antes estava concentrada na região metropolitana de Buenos Aires, nos últimos meses de 2020 os casos dispararam no interior do país. A boa notícia é que, no apagar das luzes de 2020, o governo argentino iniciou a campanha nacional de vacinação utilizando o imunizante russo Sputnik V.

Conforme as medidas de isolamento social foram sendo relaxadas, o número de pequenas manifestações e os tradicionais piquetes aumentou exponencialmente no país, especialmente em Buenos Aires. De acordo com dados da consultoria privada Diagnóstico Político, foram realizadas 166 manifestações na capital argentina no mês de dezembro. A maior parte dessas mobilizações são paralizações localizadas, piquetes para bloquear algumas vias e pequenos protestos, a maior parte delas voltadas para questionar a crise econômica e mobilizações contra restrições impostas pelo combate à pandemia, especialmente do setor privado.

Entre outubro e dezembro, no entanto, a grande pauta que mobilizou social e politicamente a Argentina foi o projeto de legalização do aborto. Enviado ao legislativo pela presidência, o projeto foi um dos principais compromissos firmados por Alberto Fernández ainda durante a campanha à eleição presidencial e significa, acima de tudo, uma vitória de militância feminista histórica do país. As mobilizações sociais em torno do tema vêm de décadas, ganhando força especialmente entre 2018 e 2019, quando o tema foi à votação ainda no governo Macri, mas acabou sendo rejeitado no Senado. Em 2020, mesmo em meio à pandemia, milhares de pessoas foram às ruas do país, principalmente na capital Buenos Aires. De azul, os setores conservadores e ligados à Igreja, representando os opositores da legalização do aborto; de verde, a militância feminista defendendo o direito ao próprio corpo, empunhando seus já tradicionais *pañuelos*, e unificada na “Campanha nacional pelo direito ao aborto seguro e gratuito”.

Grande parte das campanhas de ambos os lados foi levada a cabo pelas redes sociais. Esse tipo de mobilização, que ora se configura como uma frente primordial de ação, foi reforçado pelo contexto da pandemia. No dia 25 de novembro, data internacional do enfrentamento à violência contra a mulher, os setores feministas realizaram ações online de visibilização e conscientização, articulando esta temática com a pauta da legalização do aborto. As redes também foram usadas de forma coordenada para pressionar deputados e senadores que ainda não haviam indicado sua posição contra o projeto e para convocar mobilizações presenciais.

¹ Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, com bolsa CNPq. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Coordenadora do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI). E-mail: giovanazucatto@gmail.com

Com o envio do projeto de lei ao Congresso por parte do Executivo na última semana de novembro, rapidamente foram convocadas manifestações favoráveis e contrárias à legalização da interrupção voluntária da gravidez. Ainda no dia 28, os setores que se opunham ao projeto se mobilizaram em frente ao Congresso Nacional. Portando seus *pañuelos* celestes e suas bandeiras nacionais, os manifestantes reuniram-se sob as palavras de ordem “a maioria celeste” (em oposição à maré verde feminista) e “contra o aborto saímos todos”. Foi a primeira ação conjunta contrária ao aborto organizada em 2020 pela Igreja Católica, igrejas evangélicas, e a *Unidad Provida*, que reúne cerca de 150 organizações anti-direitos da sociedade civil.

No dia 4 de dezembro, novamente as apoiadoras do projeto de lei foram às ruas do país. Em Buenos Aires, concentraram-se em frente ao Congresso Nacional, com aulas públicas, batucadas e outras formas de conscientização. Essas atividades ecoaram as mobilizações nas redes sociais, pressionando a Câmara de Deputados pela aprovação do projeto. No sábado, dia 5, as mobilizações seguiram, dessa vez focadas nos professores e profissionais da saúde. Sob os lemas “o professor sempre vai acreditar em ti” e “meninas, não mães”, o objetivo das mobilizações foi conscientizar meninas e adolescentes para que confiassem nesses profissionais em caso de uma gravidez indesejada. Em 10 de dezembro, a Câmara de Deputados aprovou o projeto de legalização do aborto, que foi então enviado ao Senado.

No final de semana dos dias 26 e 27 de dezembro, a Conferência Episcopal Argentina organizou uma série de missas em todo o país contra a legalização do aborto. No dia 28, véspera da votação do projeto de lei no Senado, as cúpulas das igrejas católicas e evangélicas, somadas a outros setores conservadores, marcharam em Buenos Aires sob o lema “28D: a vida não se debate, defende-se”. Esta mobilização foi convocada por diversas organizações anti-direitos vinculadas às igrejas e a governadores e intendentes provinciais que se opunham ao projeto de legalização do aborto. Entre essas organizações, destacam-se as ONGs *Pro Vida* e *Más Vida*, — ligadas a setores políticos de oposição, a Federação Argentina de Pastores Evangélicos e os Peronistas pela Vida, esta última reunindo deputados que integram a Frente de Todos, coalizão do atual governo argentino.

No dia 29 de dezembro, as proximidades do Congresso argentino estavam divididas: de um lado, os setores contra a legalização do aborto seguiam em vigília; do outro, a cerca de cem metros de distância, organizações feministas e de direitos humanos concentradas juntamente a ministras e representantes do governo de Alberto Fernández, a quem se somaram militantes históricas, como as Avós da Praça de Maio. A mobilização pró-legalização foi convocada pela Campanha Nacional que, além da vigília em Buenos Aires, organizou atos em mais de 50 cidades do país para acompanhar a votação. Feministas de todo o mundo se juntaram às argentinas em manifestações favoráveis à legalização do aborto nas redes sociais, unificadas pela *hashtag* #SeraLey, e, de forma presencial, com *pañuelazos* em frente à embaixada e aos consulados argentinos. Na madrugada do dia 29 para o dia 30 de dezembro, o projeto de lei foi aprovado pelo Senado e a festa verde nas ruas do país seguiu pelo dia adentro.

Da legalização do aborto na Argentina decorrem duas implicações. A primeira é que a mobilização das argentinas é não só uma lição para todo o mundo, demonstrando que a resiliência é uma característica fundamental das lutas sociais, como também um alento, pois torna o caminho um pouco mais fácil em outros países da região. A segunda é que o país segue profundamente dividido — fenômeno que até ganhou um nome: *la grieta*, a rachadura social e política que aparta os argentinos. Talvez um dos poucos momentos de união nacional no novo século foi a comoção gerada pela morte de Diego Maradona, em 25 de novembro, que juntou até torcedores de Boca Júniors e River Plate em um abraço fraterno.

Reorganização institucional, gênero e meio ambiente: mobilizações na Bolívia

Marília Closs¹

Entre outubro e dezembro de 2020, a Bolívia vivenciou uma nova alta no número de casos de covid-19: o sistema de saúde do país voltou a colapsar em dezembro, e corpos de vítimas do vírus voltaram a ser recolhidos nas ruas em função da ausência de leitos; mesmo com mais de 200 mil casos no país, uma quarentena mais rígida não foi adotada. No trimestre, as mobilizações sociais estiveram centradas nos desdobramentos das eleições gerais de 18 de outubro. Movimentos ligados ao Movimento ao Socialismo (MAS), que antes direcionavam seu repertório à resistência ao golpe e a demandas por garantias democráticas para a realização das eleições, tiveram agenda mais organizativa interna. Grupos à direita estiveram nas ruas — muitos deles questionando o resultado das eleições. No outro espectro político, feministas promoveram ações ligadas a pautas de gênero, como a descriminalização do aborto e o combate ao feminicídio, e denunciaram as contradições do projeto político do MAS. Além disso, destacam-se mobilizações de nações indígenas e o avanço em mobilizações coletivas ligadas ao meio ambiente.

A chapa de Luis Arce e David Choquehuanca à presidência do Estado Plurinacional foi vitoriosa na disputa eleitoral, e sua posse se deu no dia 8 de novembro. A cerimônia oficial contou com a participação de representantes de movimentos sindicais e campesinos. O evento foi precedido pela cerimônia espiritual, em que pediram licença à pachamama para assumir seus postos, nas ruínas de Tiwanaku. Nos dias seguintes, foram realizadas manifestações em homenagem a Orlando Gutiérrez, dirigente da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), que faleceu após sofrer um atentado em condições suspeitas — a FSTMB pede justiça por sua morte. O resultado do pleito, no entanto, não foi aceito por todos os setores sociais. O Comitê pró-Santa Cruz, movimento cívico do departamento e que tem em Luis Fernando Camacho como um de principais nomes, pediu auditoria das eleições, alegou que houve fraude e convocou atos e paralisações em protesto à posse de Arce nos dias 5, 6 e 7 de novembro. Houve, também, denúncias de que a *Unión Juvenil Cruceñista* tentou invadir a sede da Federação Sindical Única de Trabalhadores da cidade de Santa Cruz.

No campo político do MAS, a maior parte das mobilizações mudou de teor com relação aos trimestres anteriores, já que alguns dos maiores movimentos sociais bolivianos compõem o partido de Luis Arce, presidente eleito — ou o Pacto de Unidade². Se antes as estratégias de resistência ao golpe se centravam em atos nas ruas, greves e trancamento de avenidas e estradas, entre outubro e dezembro o que se viu foi a diminuição de protestos e a construção de agendas organizativas internas. Destacam-se as mobilizações em torno das condenações dos responsáveis pelos massacres de Sacaba e Senkata em novembro de 2019, durante o governo interino de Áñez. O retorno de Evo Morales em 9 de novembro, exilado na Argentina desde o golpe de 2019, foi um momento marcante: sua entrada no país, junto com Álvaro García Linera, contou com apoio e companhia de Alberto Fernandez, presidente argentino. Morales e Linera realizaram caravana pelo país, passando por cidades como La Paz, Cochabamba e Chimoré, onde grandes atos os aguardavam. O retorno de Evo, no entanto,

1 Doutoranda e mestra em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Pesquisadora pelo NETSAL e pelo OPSA. Coordenadora de projetos no Centro Brasil no Clima. Bolsista CAPES. Contato: mariliacloss@gmail.com.

2 Conjunto de movimentos sociais formado pela Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), pela Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia (CSCIB), pelo Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ), pela Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano (CIDOB) e pela Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia - Bartolina Sisa (CNMCIOS - BS).

também enfrentou protestos. O coletivo feminista *Mujeres Creando*³ realizou intervenção na praça Juaristi Eguino, em La Paz, com cartazes chamando Evo de machista e caudilho, relacionando-o a casos de estupro e dizendo que não era bem-vindo.

O coletivo *Mujeres Creando* também realizou, ao longo de dezembro, mobilizações ao redor do combate ao feminicídio. Não apenas condenou as medidas sexistas do judiciário boliviano, mas também entregou à bancada do MAS proposta de reforma da lei 348, que versa sobre mecanismos e medidas de prevenção, atenção, proteção e reparação às mulheres em situação de violência. Ainda na agenda ligada a gênero, diversos coletivos organizaram atos e outras ações para marcar o 25 de novembro, Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher em cidades como La Paz, El Alto, Cochabamba, Oruro, Tarija, Santa Cruz e Sucre. As convocatórias foram feitas de forma sem a participação de partidos e ONGs. Nas marchas, viu-se declarações contra o feminicídio, junto da consigna *#NiUnaMenos*, pedidos de justiça pelas vítimas, e demandas pela legalização do aborto.

No dia 21 de dezembro, o Território Indígena Multiétnico (TIM), do departamento de Beni, aprovou seu estatuto autônomo, com isso, avançou na construção de seu governo autônomo indígena. O território é composto por mais de 3 mil habitantes e por 26 comunidades que pertencem a 5 povos indígenas⁴ e que há mais de 10 anos lutam por autonomia. A decisão da aprovação se deu por mecanismos próprios ao TIM, mas contou com representantes do *Órgano Electoral Plurinacional* (OEP). No dia 26 de novembro, representantes do TIM haviam iniciado vigília em frente ao Tribunal Supremo Eleitoral pedindo que avançasse a resolução que permitiria a aprovação do estatuto autônomo por mecanismos próprios. Além disso, em dezembro, 70 ONGs bolivianas assinaram documento pedindo a elaboração de outros modelos de desenvolvimento para lutar contra as mudanças climáticas — o documento foi elaborado após dramáticos meses de incêndios na região de Chiquitanía e no Chaco boliviano.

3 Movimento feminista criado no início da década de 1990, a partir de nomes como Julieta Paredes e María Galindo. Com perfil autonomista, anarquista e decolonial, é um dos mais proeminentes movimentos feministas bolivianos

4 Moxeño Ignaciano, Moxeño Trinitario, Movima, Tsiman e Yuracaré.

Dias de luto, dias de voto: o reflexo do Brasil no fim de 2020

Mariane Silva Reghim¹
Natasha Martín Lauletta²

O último trimestre de 2020 no Brasil foi marcado por disputas políticas, mobilizações sociais e incertezas quanto ao presente e ao futuro. O ano encerrou com 191.735 mil mortos por covid-19, mas com a esperança de que a vacina brasileira, conhecida por “CoronaVac”, começará a ser aplicada em janeiro. Desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac e produzida em parceria com o Instituto Butantan no estado de São Paulo, a vacina apresentou segurança e a eficácia mínima exigida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ainda que não se conheça sua eficácia global. Dentro dos números de mortes por covid-19, é importante trazer o recorte em relação às populações quilombolas e indígenas, que continuam lutando pelo direito à vida. Até 5 de dezembro, a plataforma “Quilombo sem covid” registrou 170 óbitos e 4703 casos confirmados. A Associação dos Povos Indígenas Brasileiros, por meio do relatório “Nossa Luta é pela Vida”, apontou que mais de 50% dos povos indígenas foram infectados, sendo que ocorreram mais de 800 mortes em nove meses de pandemia.

Outubro foi o mês das eleições para prefeitos e vereadores no país. Essa eleição assume centralidade por ser entendida como um termômetro em relação à disputa entre as forças de esquerda e direita no país. Por um lado, esperava-se medir o capital político do presidente Jair Bolsonaro a partir de sua capacidade de eleger quadros. Por outro, era o momento da esquerda voltar para o jogo e tentar conquistar os territórios locais. Ao fim, na disputa entre esquerda e direita, quem saiu vencedor foi a direita não bolsonarista. Ainda assim, e mesmo que proporcionalmente o número seja reduzido, esta foi uma eleição que alcançou maior representatividade para minorias nas câmaras municipais: 28 mulheres trans e travestis; 2 homens trans; 237 indígenas; 21 mandatos/os coletivos/os. Ainda em clima de eleição, em novembro foi anunciada a vitória oficial de Joe Biden nos Estados Unidos, o que causou um burburinho no Brasil. A veracidade e a lisura do processo foi questionada por apoiadores do presidente brasileiro, que só reconheceu a derrota de Trump em dezembro. Assim, surgiram manifestações marcadas em várias capitais do Brasil com o mote de #ForaBiden #FraudeNão #NoFraud por tais grupos. Apesar disso, as instituições seguem funcionando e o resultado é definitivo.

O trimestre também foi marcado por mobilizações em torno da pauta antirracista e #VidasNegrasImportam. Ainda em novembro, mês da consciência negra no país, João Alberto foi assassinado por seguranças no supermercado Carrefour em Porto Alegre. A morte de Beto causou indignação e manifestações em diversas filiais do supermercado espalhadas pelo Brasil. Além disso, uma comissão de diversidade foi criada pelo Carrefour, mas foi questionada pelo movimento negro, dado o tom conciliatório de ação da comissão, do modo de escolha dos participantes e da falta de ligação com as bases. Infelizmente, o caso não é único. A ADPF das Favelas, que vem sendo descumprida pela continuidade de operações policiais em favelas, não impediu a morte das duas crianças, Emilly e Rebeca, por tiros de fuzil em Duque de Caxias, município do Rio, o que gerou um ato nas ruas da baixada fluminense.

Novembro também foi o mês que deixou o Amapá no escuro, com 13 das 16 cidades do estado ficando sem energia elétrica por 22 dias, o que resultou em perdas econômicas, mas também num

1 Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ. Integra o NETSAL e a CESP. E-mail: marianesreghim@gmail.com.

2 Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional - PUC-Rio. Advogada. E-mail: natashalauletta@gmail.com.

clima de caos, insegurança, tristeza e revolta. O motivo, vale ressaltar, foi a ausência de manutenção nas torres que são geridas por uma empresa privada. O descaso com a região Norte do país fica sobressalente com a morosidade na busca por soluções.

O debate de gênero também foi central no mês, após a absolvição de André Aranha, denunciado em setembro pelo estupro de Mariana Ferrer. A viralização do tema se deu após uma reportagem divulgar parte do julgamento do caso e utilizar a expressão “estupro culposo” para explicar o porquê de o acusado ter sido absolvido. Embora já se sabe que o termo não foi utilizado no processo, nas redes as manifestações foram massivas, com o uso de *hashtags* como #estuproculposonaoexiste. O feminismo voltou às redes em dezembro com a aprovação do aborto na Argentina. Enquanto as *hermanas* saíram vencedoras, ainda pedimos aqui por aborto legal, seguro e gratuito.

Dezembro se iniciou com 1000 dias do assassinato da veradora Marielle Franco, ainda sem respostas sobre o mandante do crime. Ações para preservar sua memória foram feitas nas redes sociais e também em frente à Câmara dos Vereadores no Rio de Janeiro. Além disso, o mês se encerrou com debates relacionados a adolescentes privados/as de liberdade. A pauta da redução da maioria penal voltou à tona, após Nota Técnica emitida pela Secretaria Nacional da Juventude dar parecer favorável à redução. Também foram divulgadas *fake news* sobre a Resolução aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a qual “estabelece diretrizes para o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)”. Em defesa do CONANDA, quase 300 instituições da sociedade civil assinaram nota pública explicando a importância da resolução e do Conselho de Direitos para a democracia.

O debate em torno da vacina foi e ainda é central, uma vez que as primeiras doses começaram a ser aplicadas em dezembro em outros países. No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro ainda age com negação quanto ao medicamento. Além disso, com o intuito de desencorajar a população de se vacinar, são criadas notícias falsas, como a possibilidade de mudar o DNA ou o sexo e, inclusive, exemplos esdrúchulos de virar jacaré(!). Do mesmo modo, como resultado da falta de políticas de isolamento efetivas, bem como com um clima geral de normalidade e baixo índice de isolamento social (menos de 50% em quase todos os estados do Brasil), em dezembro voltamos com a marca de mais de 1100 mortes diárias por covid-19.

Em meio à maior crise sanitária do país neste século, o Sistema Único de Saúde (SUS) é tem sofrido constantes ataques, sendo alvo de tentativas de privatização. Devido ao atraso no processo de licitação, a testagem de HIV e Hepatite foram temporariamente suspensas no país. O estoque de cloroquina, remédio que não possui eficácia comprovada contra a covid-19, chega a mais de 400 mil unidades, com grandes chances de ficar encalhado. Estima-se que 6,86 milhões de testes rápidos de identificação da covid-19 podem chegar à data de vencimento sem serem utilizados. Mas a luta pelo SUS público, gratuito e de qualidade também é percebida.

Dezembro também foi o mês da solidariedade. Após a volta do país para o mapa da fome, conforme denunciado em nota pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e com o fim do auxílio emergencial, os movimentos sociais se organizaram a fim de alimentar a população. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) doou gás de cozinha; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além das toneladas de alimento distribuídas para a população carente, também forneceu marmitas no dia do natal. Outra iniciativa foi o projeto Tirando de Letra, responsável por fornecer cartilhas gratuitas com temas e matérias de provas que podem cair no Enem, previsto para ocorrer em janeiro.

“Que o fogo não se apague”: a continuidade incendiária do Chile desde a revolta de 2019

Lara Sartorio Gonçalves¹

O Chile chegou a mais de 14 mil mortes por Covid-19 até o fim do ano. Desde novembro, foram estabelecidas novas medidas para evitar a propagação da covid-19 durante as férias de verão, dentre elas a proibição de tirar a máscara nas praias. O próprio presidente Piñera foi multado por não respeitar a medida. Em dezembro, o aumento do número de casos de contaminação por coronavírus foi substantivo e alarmante, caracterizando uma segunda onda. As restrições foram intensificadas, definindo lockdown nos fins de semana para algumas regiões, apesar de escolas estarem abertas e turistas seguirem autorizados a entrar no país sem necessidade de realizar quarentena.

É possível dizer que as pessoas do mundo inteiro ouviram e leram sobre o Chile nos últimos meses. Em outubro, os chilenos demonstraram que o aniversário de um ano da revolta de outubro de 2019 não é somente memória, mas a prova de que o que antes era fagulha, incendiou. As mobilizações massivas passaram por uma breve estiagem no período inicial de quarentena, mas desde abril vieram em uma crescente e hoje são rotina em grande parte das cidades do país. As pautas, contudo, são cada vez mais concentradas e articuladas: contra a violência policial e pela reforma radical da polícia; contra o neoliberalismo e pela renúncia do governo Piñera; pelo combate à violência contra o povo mapuche e pela garantia de seus direitos; contra a perseguição aos imigrantes e por sua regularização.

Outubro começou como um anúncio de revolta e indignação quando, no segundo dia do mês, um jovem de 16 anos foi lançado por carabineros no leito do Rio Mapocho em meio à onda de manifestações que inflamaram o período. O caso, que deixou o jovem em estado grave de saúde, foi filmado e repercutido intensamente nas redes e mídias. Em resposta, protestos massificaram por todo o país demandando uma radical reforma da polícia e a renúncia do general Mario Rozas, que comanda os policiais militares.

No dia 7 de outubro, sete policiais finalmente responderam por abusos que levaram 460 chilenos a lesões oculares e a 30 mortos nas manifestações de outubro do ano anterior. Dois dias depois, uma nova jornada de protestos na Plaza Italia, em Santiago, culminou em novos confrontos entre polícia e manifestantes. Na mesma semana, a celebração do dia de Colombo levou o povo Mapuche às ruas, em manifestação contra a continuidade da violência colonial contra seu povo e sob a bandeira "*liberar a los presos y luchar*". As manifestações também terminaram com repressão.

O memorável dia 18 de outubro, que marca o *estallido social* do ano anterior, levou cerca de 25 mil pessoas às ruas em Santiago neste ano, sob o lema "*Que no se apague tu fuego*". O grande número de manifestantes, entretanto, foi contrastado com as forças policiais: 40 mil homens estiveram nas ruas. As impressionantes imagens de duas igrejas e alguns veículos blindados incendiados fizeram o cenário do dia. 600 pessoas foram detidas. Protestos ocorreram diariamente no país, até que o dia do Plebiscito Constitucional chegasse. Realizado em 25 de outubro, o plebiscito havia sido adiado em função da pandemia. O dia foi histórico e demonstrou a insatisfação do povo chileno com a Constituição dos tempos da ditadura de Pinochet: 78% das pessoas votantes disseram sim à Constituinte exclusiva eleita por voto popular e com paridade de gênero.

O mês de novembro foi marcado pela presença crescente de manifestantes nas ruas, depois de relativa desmobilização após o plebiscito para a nova Constituição. A última semana do mês contou com as maiores manifestações em reação à decisão do Senado de vetar o segundo retiro de 10% dos

1 Doutoranda e mestre em Sociologia no IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. E-mail: larasartorio@hotmail.com

fundos de pensão — a retirada funcionaria como medida emergencial para combater a crise e a fome na pandemia. Milhares foram às ruas pela renúncia de Piñera e contra seu projeto neoliberal, chegando ao dia 27 com manifestações em escala nacional. O Chile tem 50% de sua população com 2,1% da renda nacional, enquanto 1% detém 26,5%, segundo estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Manifestações massivas foram registradas na capital Santiago, Concepción (sul), Antofagasta (norte) e Valparaíso (centro). Houve incêndios de estações de transporte público e barricadas. No dia 4 de dezembro, fruto das mobilizações, o Presidente autorizou a nova retirada dos fundos de pensão.

Na última semana de novembro, ocorreu também a marcha do Dia Mundial pela Erradicação da Violência contra as Mulheres, que incluiu em sua pauta a reforma da polícia carabinera e a renúncia de Piñera. As marchas, ocorridas por todo o país, terminaram em motins e repressão policial. Também em 18 de dezembro, Dia Nacional contra o Femicídio, foram convocadas manifestações em escala nacional que se estenderam até o último dia do ano, sob o chamado de "bloqueio feminista". Ao longo do período também foram realizadas frequentes "bicicletaços". Milhares de participantes denunciaram a ausência de medidas do governo diante do perigo crescente para as pessoas ciclistas e o aumento do número de mortes em 2020: "Não mais ciclistas mortxs!". Uma "Jornada de mobilização" foi organizada depois da rejeição do presidente ao indulto dos manifestantes detidos, orientados pela renúncia de Piñera e pela libertação das centenas de presos políticos desde outubro de 2019. Os protestos seguiram não apenas numerosos, como ainda mais radicalizados. A brutal repressão policial culminou em manifestantes feridos e dezenas de detidos. A aprovação do presidente, de apenas 7%, demonstra o espraiamento da indignação entre os chilenos.

No dia 18 de dezembro, Dia Internacional do Migrante, foi apresentada a nova lei de migração, com avanços limitados e muitas falhas. A lei vigente é dos tempos da ditadura, e a já alarmante condição dos migrantes no Chile passou a ser assunto de ainda maior urgência com as crises intensificadas com a pandemia.

Notícias melhores surgiram quando, a meados do último mês do ano, o Chile tornou-se o primeiro país da América do Sul a aprovar a vacina Pfizer contra a covid-19, tendo iniciado a vacinação no dia 24 de dezembro. A política, contudo, não acalmou os ânimos da população, que segue mobilizada contra o governo neoliberal de Piñera.

Protestos na Colômbia entre greves, protestos das mulheres e contra violência policial

Paulo Limongi¹

No que tange ao novo coronavírus, no dia 30 de dezembro, o Ministério da Saúde revelou um aumento de mais de 11 mil casos na Colômbia. Com isso, o país chega ao número aproximado de 1.500.000 casos; embora, apesar da elevada cifra de contaminados, apenas um pouco mais de 72 mil casos sejam considerados ativos. Já no que se refere ao número de mortes por Covid-19 chegou a um total de 41.000 óbitos, no final do mês. Vale lembrar que o país também conseguiu recuperar 1.257.411 ao observarmos esses números, é possível ver uma suposta queda na quantidade de infectados de doentes.

Apesar do suposto controle sobre a doença, o presidente Ivan Duque anunciou que as medidas de controle contra o coronavírus seriam prorrogadas. Inicialmente, o plano do governo era encerrar as medidas restritivas no dia 30 de novembro; todavia, com o novo anúncio do presidente, o *lockdown* será estendido até 16 de janeiro. Entre as precauções tomadas estão a proibição de aglomerações em qualquer ambiente; do consumo de bebida alcoólica em público; e, por último, da abertura de qualquer casa de festas.

Em contrapartida, parte da sociedade civil colombiana não reagiu bem ao decreto. Em Alpujarra, cidade do departamento de Tolima, foi organizada uma espécie de funeral simbólico. O evento tinha como objetivo retratar a morte simbólica de locais proibidos pelo decreto ou afetados pelo novo toque de recolher estabelecido desde o dia 13 de novembro. Segundo representantes do setor turístico, o país sofreu uma perda de 1,2 bilhões de pesos em 2020. O emprego também foi afetado: de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Econômico, as ocupações reduziram em 37%. Outra categoria que resolveu protestar contra as medidas de isolamento foram os motoristas de chivas². Por se tratar de um tipo de serviço que causa aglomerações, as carreatas foram proibidas de circular.

Outros eventos relevantes marcaram a Colômbia durante os meses de novembro e dezembro. Um deles foi o fim da greve na mina de Cerrejón. Cerrejón é reconhecida como uma das maiores minas a céu aberto na América Latina, responsável por uma das maiores produções de carvão na região. A greve, contudo, é fruto de um plano de demissões e de deterioração das condições de trabalho. Ao demitir um dos funcionários, os dirigentes da mina esperavam aumentar a carga de trabalho dos que ainda restavam na empresa. Por esse motivo, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Carvão (Sintracarbón) paralisou as atividades da mina, promovendo a maior greve na história recente do país, com duração de cerca de 90 dias. Durante a paralisação, os trabalhadores somaram forças com autoridades indígenas na denúncia das condições de trabalho e dos problemas de saúde causados pela presença da mina. A greve chegou ao fim com um acordo entre o sindicato e representantes de Cerrejón. As atividades serão retomadas gradualmente e sem maiores prejuízos para os grevistas.

Outro acontecimento de grande importância foram os protestos de um ano da morte do jovem Dilan Mauricio Cruz Medina. Em novembro de 2019, a Colômbia vivia uma das maiores ondas de protestos da sua história recente. No dia 23 daquele mês, Dilan protestava, quando foi atingido por um projétil de arma de fogo perpetrado pelo policial Manuel Cubillos Rodríguez. Rodríguez não foi

1 É doutorando em sociologia pelo PPGS do IESP-UERJ e mestre em sociologia pela mesma instituição. Paulo compõe os grupos de pesquisa NETSAL e CRELIG. Endereço eletrônico: paulocldelima@iesp.uerj.br.

2 Chivas são espécies de carreatas que fazem passeios turísticos.

preso e também não deixou seu posto como policial, apenas passou a apenas realizar tarefas administrativas. A morte de Dilan, no entanto, tornou-se símbolo da repressão policial conduzida pelo Esquadrão Móvel Antidistúrbio (ESMAD).

As tensões em torno da ESMAD já foram motivo para litígios entre políticos da oposição e do governo; entre a sociedade civil e o governo; e, até mesmo, entre Judiciário e Executivo. No que se refere ao descontentamento por parte da população, um episódio em especial ficou marcado durante os protestos de um ano da morte de Dilan: a prefeita de Bogotá, Claudia Lopez, foi vaiada ao tentar participar de um evento no local da morte do jovem. A maioria chamava a dirigente de assassina. Para se defender, a prefeita reiterou que se reuniu com as mães de jovens violentados e mortos pela polícia e, durante esses encontros, prestou suas condolências.

Novembro também foi marcado pelo dia internacional de eliminação da violência contra mulher. Na Colômbia, mulheres organizaram protestos tanto em redes sociais, usando as *hashtags* #25N e #TomaFeminista³; quanto nas ruas. Uma das manifestações mais emblemáticas foi a reunião de coletivos feministas para acompanhar e dar suporte a mulheres que foram até o Justiça Especial para Paz (JEP)⁴ realizar denúncias de violência contra mulher. Nesse mesmo local, as mulheres montaram uma corte figurativa na qual a violência de gênero era a principal temática. O teatro Pablo Tobón também foi um dos locais escolhidos pelos coletivos para a realização de intervenções e atividades culturais e artísticas.

Tais mobilizações são de grande importância, dado o contexto de violência contra mulheres na América Latina e no país. Na Colômbia, em 2017, praticamente 40% das mulheres já havia relatado ter sofrido algum tipo de violência. Dessas, cerca de 33% experimentaram violência do tipo físico; 8% relataram violência do tipo sexual e 4% declararam que sofriam violência sexual reiteradamente. Segundo dados do Sistema Integrado de Informação sobre Violência de Gênero (SIVIGE), 3.326 pessoas foram vítimas de violência sexual, sendo 84,93%, mulheres. Assim, os dados estatísticos mostram que a violência contra mulher ainda possui persistência na sociedade colombiana.

3 O objetivo dessa *hashtag* era denunciar casos de violência contra mulher e de feminicídio.

4 O JEP ou *Justicia especial para la paz* é um tribunal que acata e analisa denúncias de violação dos direitos humanos.



O modelo cubano: sucesso sanitário, avanço diplomático e contestações locais

Lara Sartorio Gonçalves¹

Das quase 900 mil mortes por covid-19 nas Américas no ano de 2020, apenas 146 ocorreram em Cuba, que tem uma população de mais de 11 milhões de habitantes. Em comparação, podemos mencionar a cidade de São Paulo, que tem a mesma população e chegou a 15 mil óbitos. Muitos são os elementos que favorecem Cuba no enfrentamento da pandemia, como o acesso universal à saúde e à informação, e o sentido de coletividade no país. Quanto à estratégia de combate ao novo coronavírus, é possível destacar que, desde o início, as pessoas contaminadas foram hospitalizadas e todos com quem estiveram em contato foram acompanhados pelo serviço sanitário. Segundo os informes do Ministério da Saúde de Cuba, 91,3% dos doentes com covid-19 se recuperaram e mais de 60% dos testados são assintomáticos, o que demonstra a testagem em massa.

Na corrida pela vacina contra a Covid-19, Cuba conseguiu ter quatro vacinas entre as concorrentes e é a única latino-americana entre as 42 que chegaram à fase final de testes. O país pretende vacinar gratuitamente toda a população até abril e se prepara para produzir 100 milhões de doses de sua própria vacina, chamada Soberana 02, para atender outros países na América Latina.

Em outubro, Cuba determinou a abertura de todos os aeroportos fechados para conter a disseminação do vírus, adotando, em vez disso, a exigência de exame PCR e 5 dias de quarentena. Também naquele mês, Cuba passou a ocupar, pela quinta vez, um assento no Conselho de Direitos Humanos da ONU, com a votação de 170 países. Na ocasião, foi ressaltada a prioridade política de Cuba, mantida mesmo em meio à crise sanitária, expressa na destinação de 27,5% do PIB para a saúde pública e 23,7% para a educação.

Em meados de outubro, foi feita uma denúncia de feminicídio na ilha. Dois dias depois do ocorrido, foi oficialmente anunciado pelo governo cubano o enfrentamento à violência de gênero como alta prioridade nacional. A população se mobilizou em torno da campanha "16 dias de ativismo" (25 de novembro a 10 de dezembro). Dentre as pautas, foi reivindicada a urgência de uma *lei integral contra a violência de gênero* no país. Iniciativas populares buscam apresentar apoio às vítimas, como a plataforma "*Yo si te creo*", que acolhem e encaminham denúncias bem como prestam apoio psicológico e financeiro a vítimas.

Em 22 de outubro, Cuba apresentou, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o relatório com as denúncias dos prejuízos causados pelo bloqueio estadunidense. No mesmo período, novas sanções levaram o banco Western Union a fechar as agências no país, muito usado para que famílias que vivem no exterior enviem dinheiro para os cubanos. Para reverter a situação, cubanos passaram a fazer uso da estratégia de "mulas" na ponte aérea Miami-Havana para amenizar o corte das remessas familiares e outras restrições impostas pelo governo Donald Trump. Nesses termos, grande parte dos cubanos celebrou a vitória eleitoral de Joe Biden para a Casa Branca. No dia 3 de novembro, foi divulgada a abertura oficial do país para investimentos estrangeiros, mas investidores ainda receiam sanções dos Estados Unidos.

Cuba foi um dos países afetados pela Tempestade Tropical ETA, tendo Cienfuegos sido uma das províncias mais afetadas. Foram organizados mutirões produtivos para recuperar o plantio de alimentos nos locais afetados, e houve o envio de médicos para a Guatemala, que sofreu com dois furacões, o ETA e o Lota.

¹ Doutoranda e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. E-mail: larasartorio@hotmail.com

O contexto pandêmico agravou o sistema de produção e distribuição de alimentos no país. Nesses termos, foi retomado o debate em torno do racionamento de alimentos e o possível fim da *libreta* (caderneta de abastecimento vigente desde 1962 que permite às pessoas adquirir alimentos subsidiados), bem como do estabelecimento de um prazo para a unificação da moeda (separadas em pesos cubanos, CUP, e o peso convertido, CUC, criado em 1994). O governo cubano anunciou essas mudanças sob o argumento de "subsidiar pessoas e não produtos". Quanto às determinações de médio prazo, foi firmada, no dia 17 de novembro, uma política de extensão agrária com três objetivos centrais: atualizar as bases para o desenvolvimento do setor; estabelecer princípios de organização multilateral e participativa; e monitorar a produção por meio de indicadores co-estabelecidos.

Cuba foi também alvo de polêmica em veículos de comunicação de vários países com relação à denúncia de repressão e autoritarismo contra um grupo de artistas cubanos que exigiam a libertação imediata de Denis Solís, rapper detido em 9 de novembro e condenado a oito meses de prisão por "desacato à autoridade", o que foi denunciado pelos manifestantes como censura. Um grupo de cerca de 14 pessoas ficou alojado em uma casa de San Isidro, algumas em greve de fome pela libertação do artista. A casa foi desalojada sob a justificativa de desrespeito aos protocolos de combate à covid-19, tendo em vista que um jornalista mexicano, conhecido por suas declarações antisocialistas, desembarcou no país e compareceu ao protesto sem realizar a quarentena, como havia sido determinado no mês anterior. O evento suscitou uma manifestação de cerca de 300 pessoas que clamavam por liberdade de expressão e direito à manifestação crítica ao governo. Apesar de o Ministério da Cultura ter negociado com os manifestantes, as denúncias de perseguição seguem ocorrendo. Cuba, por fim, alega que os protestos são falsos e decorrem de interferência dos Estados Unidos.

El Salvador: permanentemente mobilizado, mas em pequena escala

Simone da Silva Ribeiro Gomes¹

No início de outubro já são 29.634 casos de pessoas infectadas pelo coronavírus em El Salvador. O país possui pequenas, mas frequentes mobilizações. A empresa maquiladora Florenzi, ocupada por algumas trabalhadoras desde julho devido à demissão de 196 trabalhadoras e 14 trabalhadores, segue mobilizada. Na capital San Salvador, funcionários bloqueam estradas pela ausência de pagamento do Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios (FODES). Os sindicalistas da Associação Salvadorenha de Trabalhadores Municipais (ASTRAM) foram dispersados de seu bloqueio de uma semana de duração, no dia 6. Nesta data, os manifestantes se dirigiram para a Defensoria Pública para se queixar do atraso de mais de quatro meses em seus salários. Os coletivos *Salvemos Valle el Ángel* e *Foro del Agua* se reuniram em frente ao Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais para manifestar seu desacordo com a construção de um projeto urbanístico na região de Apopa.

Os sindicalistas da ASTRAM voltam a bloquear uma estrada, no dia 20, pelo atraso em seus salários, que já dura sete meses. Na mesma data, um protesto de veteranos de guerra denuncia o atraso de dez meses no pagamento da bolsa de estudos de seus filhos, em frente à Assembleia Legislativa. O governo reage ao bloqueio de estradas e determina que sejam encontrados os responsáveis, notadamente por seu efeito na interrupção do recolhimento do lixo em San Salvador. No final do mês, há mais um protesto em frente ao Ministério da Fazenda para que o governo libere os recursos do FODES, com um atraso de cinco meses.

Os coletivos de defesa socioambiental voltam à pauta, com um ato e uma carta contra a construção do projeto urbanístico em Apopa, no dia 7 de novembro. Também persistem os protestos pela liberação dos recursos do FODES, com ativistas e prefeitos mobilizados e a indicação de uma manifestação próxima. Na última semana de inscrição dos partidos no pleito eleitoral de 2021, há um confronto entre simpatizantes de partidos tradicionais, como o Arena e FMLN e novos, como o *Nuevas Ideas*. Nesta mesma data, sindicalistas da ASTRAM repudiam a má alocação de verbas do prefeito de San Salvador, Ernesto Muyschondt, com a interrupção momentânea da coleta de lixo. Os ativistas ambientais do coletivo *Rescatemos El Río Lempa* realizam um ato de conscientização sobre o uso excessivo de plástico ainda este mês. Por sua vez, o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de El Salvador (SETUES) se mobiliza no dia 26, para reivindicar a garantia de aumento no orçamento da instituição em 2021. No final do mês, uma contenda no Tribunal Superior Eleitoral versa sobre a alegação de privação da liberdade de simpatizantes e candidatos do partido *Nuevas Ideas*, por manifestantes que protestavam frente às irregularidades na operação montada para as próximas eleições. Nos últimos dias do mês, tem início manifestações do Coletivo La Finca, que perguntam *#DóndeEstáelDinero* aos governantes, e fazem acusações de corrupção no governo de Bukele (GANA).

Em dezembro, inicia a apuração da denúncia de privação de liberdade feita recentemente por simpatizantes do partido *Nuevas Ideas*. No Memorial da Memória, há um protesto pela abertura dos arquivos sobre os ocorridos no massacre *El Mozote*, em 1981. Adicionalmente, cidadãos vão às ruas em um protesto em San Salvador contra o presidente Bukele, com denúncias de corrupção da cúpula do governo.

¹ Professora do departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora associada do NETSAL. E-mail: simone.gomes@ufpel.edu.br

Outro pequeno protesto é realizado pelo Sindicato de Trabalhadores da Comissão Nacional da Micro e Pequena Empresa (SITCO), frente à instabilidade dos trabalhadores de micro e pequenas empresas, que incluem condições de trabalho inapropriadas frente à pandemia da covid-19.

A data de 12 de dezembro é um marco importante no país. Nesta, ocorre uma celebração por memória e justiça do massacre *El Mozote*, assassinatos da população civil realizado pelo batalhão Atlacatl, das Forças Armadas, em 1981, na cidade de Morazán. Em 2020, familiares de vítimas recordaram os 39 anos da execução de quase mil pessoas, neste emblemático evento da guerra civil salvadorenha, com protestos realizados pela Asociación Promotora de Derechos Humanos de El Mozote e pelo Coletivo Salvadoreños Construyendo Memoria. A Procuradoria de Defesa dos Direitos Humanos (PDDH), concomitantemente, organizou um evento oficial. Ainda neste sábado, o coletivo *Rebelión En La Finca* convocou mais uma manifestação na praça Morazán, no centro de San Salvador.

Os trabalhadores do setor de transportes do Sistema Integral de Transporte da Área Metropolitana de San Salvador (SITRAMSS) realizaram um protesto, pelo não recebimento de seus salários nos últimos nove meses. No dia seguinte a (boa) notícia é que o Ministro da Fazenda Alejandro Zelaya confirmou o acordo feito com as farmacêuticas Pfizer e BioTech para adquirir vacinas contra a covid-19. Ainda assim, para a vacinação de 40% da população, será necessário um empréstimo feito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No que tange ao meio ambiente, cerca de 140 famílias estabelecidas em comunidades dos Alpes de *Majahual*, ligadas à *Mesa Territorial de la Cordillera del Bálsamo* e ao *Foro del Agua*, demandam o restabelecimento de água em seus territórios, após uma falta que completa três meses, segundo os habitantes. Em breve, oitenta funcionários do Sindicato de Trabalhadores Municipais de *Juayúa* (SITAMJ), manifestam-se em frente à prefeitura para pressionar o prefeito por um acordo sobre seus salários. Poucos dias depois, o Sindicato de Trabalhadores da Loteria Nacional de Beneficência, protestou em San Salvador contra a concessão pública realizada pelo governo que beneficiaria uma empresa israelense.

No dia 21, membros da Associação Salvadorenha de Pessoas Cegas e Multiplamente Descapacitadas solicitam uma verba de US\$ 36 milhões para a pensão universal estabelecida pela recente lei especial de inclusão de pessoas com deficiência, a vigorar desde janeiro de 2021, ainda não sancionada pelo executivo. A mesma estabelece uma pensão de US\$150 para 20.000 pessoas. Ademais, foi realizado um protesto por familiares de desaparecidos, membros da Associação Salvadorenha pelos Direitos Humanos (ASDEHU), com a demanda por melhor tratamento no registro de pessoas desaparecidas, por parte tanto da Procuradoria Geral da República quanto da Polícia Civil. No apagar das luzes de 2020, o governo chega a oito meses sem pagar o FODES, ocasionando o aumento crescente da dívida de 262 prefeituras no país.

Equador: re-existências ao final de 2020

Daniel Henrique da Mota Ferreira¹

Outubro começou com o que parecia uma relativa trégua em relação aos piores momentos da pandemia, trazendo com isso algum alento ao país que havia revogado o estado de exceção. Em dezembro, houve a menor taxa de mortes em excesso no Equador, com 621 óbitos. Uma melhora quando se considera que ao longo do período da pandemia houve 36.782 mortes a mais que o ano de 2019. Enquanto isso, nos números oficiais, o país fechou o ano com 14 mil mortes. Com a diminuição dos casos e da taxa de infecção, houve a possibilidade de homenagear o Outubro Rebelde da grande revolta de 2019 com a retomada dos protestos nas ruas.

A história do Outubro Rebelde não se repetiu nos números ou na virulência, mas suas memórias ajudaram a incandescer o debate político no período e a dar tração para as manifestações. Desde o dia 01 de outubro, mobilizações foram convocadas já em memória da revolta de do ano anterior. Não à toa, a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) decidiu definir o mês como um símbolo de lutas e resistências indígenas. Seguindo esse propósito, um primeiro protesto ocorreu no dia 12 de outubro, dia que marca o aniversário da revolta e a chegada de Cristóvão Colombo nas Antilhas. Os manifestantes fizeram uma intervenção simbólica na Estátua de Isabel, a Católica, no Centro Histórico de Quito. Após discurso de duas das lideranças do levante indígena do ano passado, Jaime Vargas, presidente da Conaie, e Leonidas Iza, presidente do presidente do Movimento Indígena e Campesino de Cotopaxi (MICC), os atores puseram-se a tentar derrubar a estátua, sem lograr êxito, devido à atuação das forças policiais.

A manifestação de 22 de outubro foi recebida com um contingente policial alto preocupado com a possibilidade de violência nos protestos. 27 ruas foram fechadas para evitar a circulação no local marcado para a concentração e ao redor do Palácio de Carandolet. Ainda assim, os atos puxados pela Frente Única de Trabalhadores (FUT) e pelos movimentos de educação e de profissionais de saúde teve um caráter pacífico, contra o aumento do desemprego, da corrupção e a favor da declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Humanitária. Os profissionais da saúde estavam principalmente interessados no regulamento do direito a serem contratados como servidores públicos após estarem na linha de frente dos cuidados da covid-19, conforme art. 25 da Lei Humanitária.

Ainda nos ecos do “Outubro Rebelde de 2019” foram arrolados inquiridos por suposto crime de sequestro contra as lideranças dos protestos indígenas daquele ano, Jaime Vargas e Leonidas Iza Salazar. De outra ponta, o governo também foi às cordas por conta do Outubro Rebelde. O Congresso aceitou um pedido de destituição de cargo contra María Paula Romo, ministra do Interior devido ao uso de violência policial excessiva e de bombas de gás caducadas, que tiveram o efeito nefasto de mutilar pessoas e, em alguns casos, ceifar vidas. As lideranças indígenas testemunharam contra a ministra, que também veio a ser acusada por parte da oposição de repartir cargos hospitalares em troca de apoios políticos, contribuindo para a fragilidade da estrutura de saúde no país em momento de crise aguda.

Já nas forças produtivas, o coronavírus seguiu impactando a economia equatoriana, que se encontrava sem condições de lidar com o pagamento das vacinas ou dos profissionais da saúde. Também faltava ao estado capacidade para garantir estímulos que permitissem a reativação

¹ Mestre em sociologia pelo IESP-UERJ. Membro do Netsal. email: danielhmf@iesp.uerj.br

econômica. Assim, o governo conseguiu do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outros países um apoio de 25 milhões de dólares para reagir a estes tempos difíceis.

Com a economia em colapso, a luta contra a fome encontrou alento principalmente nas iniciativas populares, como nas *ollas comunes*, organizações autogestionadas de cozinhas populares. Em Quito, suas principais organizadoras são o coletivo feminista *Luna Roja*, mas foram também ladeadas pelo coletivo artístico *Arte y Libertad*, entre outros.

Em se tratando do feminismo, a luta das mulheres continuou se fazendo sentir após o veto ao *Código Orgánico de la Salud* (COS). Desta vez, os atos giraram principalmente em torno às discussões na corte constitucional para permitir que haja aborto legal em caso de violação da mulher. Até o presente momento, o aborto é permitido no país apenas em casos de ameaça à vida da mãe ou de violação contra uma vítima que não tem capacidades mentais desenvolvidas.

Em novembro, essa luta seguiu com pedidos de *amicus curiae* para a corte. Também foi lembrado por diversos movimentos que novembro é o mês do combate a violência contra mulher. Assim, a Aliança pelo Monitoramento e Mapeio dos Femicídios do Equador entregou números alarmantes publicados pelos principais jornais e coletivos progressistas do país: 101 casos de feminicídio de janeiro a 16 de novembro, sendo 89 apenas no período da pandemia. A luta pela legalização do aborto, porém, só voltaria a ter impulso nas redes sociais em dezembro, com a repercussão da histórica legalização do aborto na Argentina.

Na área da saúde, o mês de novembro continuou tendo mobilizações da saúde contra as leis humanitárias. Porém, para além do conflito, o mês marca a expansão das brigadas de saúde para as regiões periféricas de Quito. As brigadas são uma iniciativa do poder público para mapear os casos de covid-19 na região com o apoio comunitário. Graças às comunidades e aos comerciantes, elas tiveram a sua primeira jornada de saúde gratuita, uma campanha voltada principalmente para a testagem em massa. O serviço, porém, também trata de diagnósticos para fígado, hipertensão e atividades de farmácia.

Já no campo da política institucional, vemos que, no mês de novembro, é julgada pela Assembleia Legislativa a destituição de María Paula Romo, que veio a ser comemorada pelos movimentos indígenas. A derrota do governo marca o isolamento de Lenín Moreno, que agora perdia sua principal aliada. O correísmo — a coalizão de movimentos próxima ao ex-presidente Rafael Correa —, por sua vez, acusa o governo de perseguição política ao demorar a julgar o último pedido de impugnação de candidatura para o seu binômio Arauz-Rabascall, enquanto conclamava mobilizações para o final do mês. Arauz segue à frente na eleição, contando com o apoio de lideranças progressista como Evo Morales. Apesar do apoio internacional, o movimento indígena deixa claro suas divergências com o correísmo e seu apoio à Yaku Pérez, do Pachakutik.

Na histórica luta por territórios dos povos originários, Nemonte Nequimo segue servindo como uma porta-voz ao movimento. A líder waorani ganhou, em dezembro, o prêmio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em reconhecimento à sua liderança e inspiração, ampliando a visibilidade da luta na Amazônia equatoriana.

No último mês do ano, um último auxílio é emitido pelo governo no valor de 100 dólares para todos os desempregados por conta da pandemia. Um último respiro na virada de um ano que se encerra sem suas festividades, por conta do aumento de casos da covid-19 nas periferias das grandes cidades e na região de Manabí, que já não tinha leitos para os seus doentes. A tradicional queima de grandes *monigotes* — bonecos caricaturados — foi suspensa, mas nos pequenos ainda a representação do novo coronavírus teve grande sucesso de venda. Isso mostra os desejos de um povo: queimar a covid-19 e, com isso, as dores de 2020 para permitir que, em 2021, venha a existir algo novo.

Diferentes vozes vão às ruas na Guatemala

Natasha Martín Lauletta¹

A Guatemala fechou o último trimestre do ano com quase 5.000 mortes em razão da covid-19 e um total de 138 mil pessoas infectadas pelo novo coronavírus.

No meio da pandemia, outubro começou com a polêmica do impedimento da passagem de uma caravana de migrantes pelo país rumo aos Estados Unidos pelo presidente guatemalteco Alejandro Giammattei. A detenção de mais de 2.000 pessoas foi uma tentativa de impedir a maior caravana migratória desde o início da covid-19. A instabilidade em relação à Corte Constitucional guatemalteca, que ficou sem o mínimo de juízes para compor o plenário do órgão julgador, também foi pauta no começo do mês. Além disso, outubro garantiu o pagamento da terceira parcela do auxílio família pelo *Ministerio de Desarrollo* (MIDES) e foi marcado pelo início do julgamento do ex-guerrilheiro César Montes, que alega ser preso político e é acusado pela morte de militares em 2019. Já o começo de novembro teve grandes estragos causados pelo furacão ETA, que afetou, principalmente, as comunidades indígenas, deixando mais de 150 mortos no norte da Guatemala.

Os meses de outubro a dezembro foram marcados por uma diversidade de vozes que foram às ruas protestar por diferentes pautas, com destaque às questões de gênero, indígena e a situação política do país. Nesse sentido, o último trimestre foi marcado por uma série de mobilizações e pressões sociais.

Nas questões de gênero, outubro se iniciou com as mulheres indígenas ressoando suas vozes ao protagonizar a luta de terras da comunidade Lote Oche contra uma empresa mineradora canadense. Em 08 de outubro, voltou à pauta de discussões a Lei de Dignificação das Comnadronas (doulas), que reconheceria o serviço dessas mulheres em suas comunidades e garantiria um auxílio governamental anual fixo. A retomada do assunto para transformá-lo em lei se dá após o veto presidencial do decreto que tratava do tema, em 2017.

A pandemia também foi marcada pelo aumento da violência sexual contra meninas e violência doméstica contra mulheres. Com uma média diária de 197 crimes contra meninas e mulheres, houve um protesto em 10 de outubro na Praça da Constituição e outro em 16 de outubro em várias cidades do país. A fotógrafa guatemalteca Christina Chiquin registrou os eventos e deu destaque à liderança de mulheres durante a pandemia. Os feminicídios de Litzy Cordón e Laura Hernández foram os grandes motores para ambos os protestos liderados por mulheres sob cartazes de *#NiUnaA menos*.

Em novembro, o Ministro Oliveira Rodas renunciou ao cargo da Secretaria de Comunicação Social após embate com o presidente Giammattei, que permitia o funcionamento da ONG Planned Parenthood Global na Guatemala, organização esta que pauta questões de saúde e gênero, incluindo o direito ao aborto seguro e legal, o qual é proibido na Guatemala. Já em dezembro, vazaram denúncias de torturas a mulheres privadas de liberdade, que são ainda mais invisibilizadas socialmente dentro das questões de gênero.

O mês de novembro foi tomado pela Revolucion de los Frijoleros, que ganhou esse nome após um deputado desdenhar dos manifestantes chamando-os de “*comelones de frijoles*”². A expressão ganhou ainda mais força pelo fato de Guatemala estar passando por uma grande crise alimentícia, em

1 Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Advogada de direito humanos no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da São Martinho. E-mail: natashalauletta@gmail.com.

2 Os próprios manifestantes adotaram esse nome, em resposta à um deputado conservador, alinhado ao Presidente, que os chamou de “comelones de frijoles”, que é uma expressão depreciativa para pessoas que não teriam dinheiro para comer e, por isso, precisariam se alimentar de feijões.

que grande parte do país passa fome. Desde o dia 21 de novembro, uma série de protestos tomou conta das ruas contra a corrupção do governo e pedindo a renúncia do presidente Giammattei. As manifestações se deram por causa do corte de gastos orçamentários anunciado pelo Congresso em 18 de novembro — para o exercício fiscal de 2021 — e defendido pelo presidente. Em 25 de novembro, após as primeiras manifestações, que chegaram a incendiar o Congresso, a polêmica lei foi anulada, visando a proteção do governo de Giammattei.

Contudo, a anulação não foi suficiente para impedir que a população fosse às ruas, novamente, em 28 de novembro, na praça Central, em frente à antiga sede do governo, para pedir a renúncia do presidente. Os dias de protestos foram marcados pelas *hashtags* #21N e #28N na internet. Em ambos os dias ocorreram diversas violações de direitos dos manifestantes, que foram tratados com brutalidade pela polícia. As representações indígenas também tomaram a frente nas manifestações e foram às ruas no dia 24 de novembro, deixando evidente que o presidente não os representa.

Paralelamente ao corte de gastos anunciado pelo Congresso, o problema da fome continua pairando no país. Rayuela/La Olla Comunitária é uma iniciativa da sociedade civil que segue operando. Apesar do incêndio sofrido no início de dezembro, a Rayuela fez uma série de lives com músicos no Facebook para arrecadar fundos e distribuir quentinhas na véspera do Natal. Outra iniciativa que segue divulgando campanhas de arrecadação para diferentes frentes é o *Movimiento Cívico Nacional*, por meio da campanha #HagamosAlgoPorGuate.

Por fim, o genocídio dos povos indígenas guatemaltecos, que representam a maior parte da população da Guatemala, continua a operar de outros modos. O silêncio do governo após a passagem dos furacões ETA e LOTA, em novembro, mostra que o cuidado com os povos indígenas não é uma pauta prioritária. Os povoados do norte do país foram os mais afetados pela questão climática.

Haiti: entre aumento de casos de covid, onda de sequestros e nova Constituição

Clarissa Pains¹

Entre outubro e dezembro, o Haiti registrou uma série de protestos contra a atuação do governo em relação à segurança pública e à pandemia, viu uma escalada de insegurança nas ruas — com uma onda de sequestros quase diários — e deu o pontapé para a possível elaboração de uma nova Constituição para o país. Os casos de covid-19, em alta em todo o mundo, crescem também no Haiti, ainda que num ritmo menos acelerado do que na maioria dos países. A nação caribenha chegou a retomar seu status de alerta vermelho para evitar a disseminação do novo coronavírus, conforme anunciou o porta-voz do governo, Pradel Henriquez, em um comunicado no dia 11 de novembro.

O país passou de 8.860 casos confirmados em 10 de outubro para 9.137 exatamente um mês depois. Em apenas cinco dias, de 22 a 26 de dezembro, autoridades sanitárias afirmam ter registrado 181 casos de covid-19 no país. Isso representa um aumento de mais de 50% em relação aos meses de outubro e novembro. O país fechou 31 de dezembro de 2020 ultrapassando 10 mil casos e 230 mortes oficialmente contabilizados.

Essa situação assustou o Ministério da Saúde Pública e População, levando-o a divulgar em 30 de dezembro um comunicado chamando a atenção para a possibilidade de uma segunda onda e reforçando para a população a necessidade de medidas de higiene para conter a pandemia. Embora não sejam números altos em comparação com outras nações — motivo, inclusive, de desconfiança da oposição, que alega alta subnotificação de casos —, Henriquez afirmou que o governo quer “evitar uma catástrofe”.

A recomendação atual é que funcionários de escolas, empresários e líderes religiosos apliquem os protocolos de precaução à covid-19. O governo também anunciou um comitê dedicado a aumentar a conscientização sobre os riscos de infecção, visto que muitas pessoas se tornaram negligentes quanto aos protocolos contra o coronavírus.

Ao longo dos três últimos meses de 2020, houve várias manifestações contra o presidente Jovenel Moïse — acusado de gerir mal o combate à pandemia — e pedindo mais segurança para a população. Um dos maiores protestos ocorreu em 18 de novembro, data em que o país celebra o fim da escravidão, conquista da Revolução Haitiana em 1803. Assim como em 2019, nesse dia parte significativa da população foi às ruas para pedir especificamente a renúncia do presidente Moïse. Protestos nessa data já viraram um rito anual.

Instigados por vários setores da sociedade civil, em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, milhares de cidadãos haitianos também marcharam pelas ruas de Porto Príncipe em 10 de dezembro para exigir respeito pelo direito à vida. Militantes políticos aproveitaram o evento para reivindicar, também, a destituição do presidente do poder.

De outubro a dezembro, um aspecto de segurança pública chamou a atenção no país: os sequestros. Eles se tornaram rotina no Haiti. Alguns terminaram em assassinato, chocando a população. Uma estudante de 22 anos, Evelyne Sincère, foi sequestrada em 29 de outubro e depois encontrada morta. Outros não terminaram de forma tão trágica, mas ainda assim desestabilizaram os haitianos. É o caso do sequestro do famoso ex-jogador de futebol Johnny Descolines, que ficou refém por quase 48 horas até ser liberado.

¹ Mestranda em Sociologia pelo IESP-UERJ e jornalista pela PUC-Rio. Pesquisadora do NETSAL. E-mail: clarissapains@iesp.uerj.br.

Alguns grupos opositores de Jovenel Moïse afirmam que os sequestros teriam ligação com o chefe de Estado. Essa é a versão, por exemplo, do grupo Fantom 509, uma espécie de facção formada por policiais. Eles não têm, aparentemente, atuação de milícia, mas o governo os classifica como grupo terrorista. Ainda não está claro o *modus operandi* dos sequestradores, nem os possíveis mandantes, muito menos por que eles se intensificaram tanto neste momento de pandemia.

Quanto à possível nova Constituição haitiana, essa iniciativa não veio de uma demanda da sociedade civil, diferentemente do que ocorre no Chile. Foi o próprio presidente do Haiti que colocou o assunto em pauta. Em 28 de outubro, um comitê foi criado por Jovenel Moïse — isto é, seus membros foram nomeados, e não eleitos — para elaborar a proposta de nova Constituição até fevereiro. Depois disso, a população deverá votar em um plebiscito se quer ou não que nova Carta passe a vigorar.

No entanto, a ideia de uma nova Constituição não agrada a muitos setores da sociedade civil. Alguns a criticam por ser uma proposição vazia e imprecisa, já que o chefe de Estado não apresentou uma justificativa para a mudança. Outros reclamam que a conjuntura política atual é inoportuna, uma vez que o presidente tem tido sua própria legitimidade no cargo questionada frequentemente. Não à toa, em meados de dezembro, Moïse declarou que o Haiti vive uma “democracia à la Jovenel Moïse”.



Campaña Nacional Por el Derecho
al Aborto Legal, Seguro y Gratuito

Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar

aborto legal para no morir

México no fim de 2020: vacina, violência e resistências feministas, migrantes e territoriais

Vitória Gonzalez¹

O último trimestre de 2020 no México trouxe à tona números que refletem a maior velocidade de contágio do novo coronavírus aliada à baixa testagem. Em dezembro, houve recordes de casos diários. Ao fim do ano, havia 1.426.094 casos e 125.807 mortes por covid-19. Cerca de 23% dos casos e das mortes foram de peessoas indígenas. A campanha de vacinação pública e gratuita começou em 24 de dezembro e busca vacinar ao menos 75% da população com mais de 16 anos até o início de 2022. Há contratos com Pfizer, AstraZeneca e CanSino. Mudanças no perfil demográfico e epidemiológico, como envelhecimento e maior incidência de comorbidades, bem como a falta de investimentos na saúde pública umentaram a pressão sobre os sistemas de saúde.

O governo de López Obrador (Morena) completou dois anos (um terço do mandato) em dezembro. A insígnia “*abrazos, no balazos* [tiros]” não se concretizou. Segundo dados oficiais, em 23 meses houve cerca de 66 mil homicídios e 2 mil feminicídios². Há incontáveis fossas comuns clandestinas e casos de desapareções que mobilizam lutas e redes de buscas. De janeiro a novembro, 234 mulheres jornalistas foram agredidas; às vezes, o deslocamento forçado é a opção. Segundo a UNESCO, 10% dos assassinatos de jornalistas entre 2010 e 2020 ocorreram no México. A violência contra defensores de Direitos Humanos e Ambientais também pauta a sociedade e a política.

Os renovados movimentos feministas mexicanos ocuparam constantemente as ruas e as redes em 2020, fazendo frente ao governo, à truculência policial e à dura realidade de feminicídios. De janeiro a novembro, foram 9.694 chamadas para denunciar violências contra mulheres na capital. Em 9 de novembro, mulheres se manifestaram em Cancún contra o feminicídio de Alexis (*#JusticiaporAlexis* e *#QuintanaRooFeminicida*). As manifestações foram reprimidas, inclusive com munição letal. Houve manifestantes feridas e presas, que denunciaram agressões sexuais de policiais. O uso desmedido de força não se restringe ao caso do estado de Quintana Roo, embora tenha sido símbolo ímpar da violência policial e ganhado notoriedade nacional e internacional. O Dia Internacional da Erradicação da Violência Contra a Mulher foi marcado por manifestações no país. Em Guadalajara, instalaram um anti-monumento feminista. O Congresso do estado de Puebla foi ocupado. Houve mobilização contra a violência digital (*#EsVirtualEsReal*). De 25 de novembro a 8 de março, há uma campanha em curso contra a violência institucional machista (*#NoMeCuidan*).

O caso Ayotzinapa segue mobilizando milhares de pessoas e as famílias dos 43 estudantes desaparecidos em 26 de setembro de 2014. Em novembro, mães e pais exigiram que José Martínez Crespo, primeiro integrante do Exército detido no caso, seja julgado pelo envolvimento no caso e com a organização *Guerreros Unidos*. A cada dia 26, há manifestações em Iguala, na capital (com concentração no anti-monumento aos 43) e em outros locais. Em dezembro, o ato foi virtual.

Organizações convocaram a “Jornada Nacional de Mobilização em Defesa da *Madre Tierra* e Contra a Guerra ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), aos Povos e Comunidades Indígenas” no marco dos 528 anos da chegada de Colombo à América (12 de outubro). No mesmo dia (Dia da Resistência Indígena, Negra e Popular), a sede do Instituto Nacional de Povos Indígenas na Cidade do México foi ocupada por indígenas otomís que vivem na capital. Denunciam megaprojetos e descaso com a questão indígena, em especial na cidade, e reivindicam direito à

1 Mestranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, com Bolsa FAPERJ Nota 10. E-mail: vitoria.gonzalez@iesp.uerj.br

2 No período, mais de 7 mil mulheres foram assassinadas; 2 mil são apenas os casos tipificados como feminicídios.

moradia e melhores condições de vida. Em dezembro, houve diálogo sobre a cessão de um prédio à comunidade, mas a polícia arbitrariamente prendeu ocupantes.

Em Guerrero, campanhas de solidariedade contra a fome mobilizaram doações a indígenas. Em 19 de outubro, Dia do Povo Negro Afromexicano de Oaxaca, a Coletiva de Mulheres Afromexicanas da *Costa Chica* de Guerrero e Oaxaca (MUAFRO) apresentou demandas como o reconhecimento de seus direitos e a inclusão de “afromexicanos” em pesquisas estatais. Zapatistas anunciaram um giro pelo mundo a partir de abril de 2021 e celebraram o aniversário de 37 anos do EZLN. Em 11 de novembro, houve uma marcha na capital para denunciar ataques paramilitares ao EZLN perpetrados pela Organização Regional de Cafeicultores de Ocosingo (ORCAO).

Indígenas zoques de San Miguel Chimalapas recuperaram terras comunais e impediram a atuação de uma mineradora canadense. As denúncias aos megaprojetos do Trem Maia e do Corredor Interoceânico seguem ocorrendo (*#ElIstmoEsNuestro*). Em outubro, habitantes de Maxcanú (Yucatán) se colocaram frente à maquinaria para que suas casas e cultivos não fossem derrubados. O trecho dois do Trem teve sua construção suspensa devido a impactos ambientais, uma vitória de organizações que encabeçaram a demanda judicial. A comunidade indígena zapoteca de Unión Hidalgo (Oaxaca) apresentou demanda civil em um tribunal em Paris contra a *Electricité de France* por violações aos direitos humanos no projeto eólico Gunaa Sicarú. Leydy Araceli Pech Martín, apicultora maia, encabeçou uma batalha jurídica contra a Monsanto relacionada ao cultivo de soja transgênica na região. Em 30 de novembro, recebeu o Prêmio Goldman por sua luta.

A migração no campo pautou mobilizações por melhores condições laborais e a fixação de um salário mínimo justo para os e as diaristas agrícolas (*#CampoJusto*). Essa migração ocorre em contextos de muita precarização. Em uma contradição estruturante, para que as cidades tenham comida, essas famílias passam fome. A migração da América Central para o México em razão de orientação sexual ou identidade de gênero torna a chegada de mulheres lésbicas e trans no México ainda mais difícil, pois não há políticas específicas para pessoas LGBTQIA+.

O Instituto Nacional de Migração negou a existência de casos de covid-19 em seus centros. Porém, de abril a setembro, mais de 40 mil migrantes foram detidos e 16 mil deportados. Entre os deportados, 52 de 78 testaram positivo. Em dezembro, ocorreu a 16ª Caravana de Mães de Pessoas Migrantes Desaparecidas, mobilizando mães da Guatemala, de Honduras e de El Salvador. Por causa da pandemia e de furacões e tempestades, pela primeira vez os encontros com organizações e instituições foram online. O lema foi “A outra pandemia: as desapareções”.

Os últimos meses do ano foram marcados por três datas importantes. Em 2 de outubro, foi o aniversário do Massacre de Tlatelolco, ocorrido em 1968 contra o movimento estudantil. A manifestação foi menor do que em anos anteriores e, pela primeira vez, não envolveu a marcha até o Zócalo. No centro da Praça das Três Culturas, um caracol de sapatos em memória às vítimas. Entre as falas dos sobreviventes, houve pedido de julgamento de Luis Echeverría, ex-presidente e Ministro do Interior à época. Apesar da redução do tamanho, os gritos seguiram sendo por justiça, memória e castigo. Forças policiais encerraram manifestantes que tentaram ir ao centro da capital.

A comemoração do dia dos mortos (2 de novembro), cujas origens são indígenas, ocorre em cemitérios, nas ruas e nos altares das casas. Entre flores (*cempasúchiles*), músicas e oferendas, transcorrem dias de celebração do *continuum* vida-morte-vida. Em um país com 11 feminicídios diários, buscou-se homenagear mulheres mortas: a coletiva *Luchadoras* fez um vídeo; na capital, houve uma performance com catrinas (representações de caveiras). Em 12 de dezembro, celebra-se o dia da Virgem de Guadalupe, padroeira nacional. A Basílica costuma receber milhões de fiéis, na maior peregrinação da América Latina. Contudo, pela pandemia, manteve-se fechada.

No último trimestre de 2020, o Panamá passou por inúmeras adversidades: além do agravamento da crise sanitária em decorrência da pandemia de covid-19, o país foi atingido pela segunda tempestade tropical neste ano, que acarretou inúmeras perdas humanas e materiais. Não obstante, o atual governo de Laurentino Cortizo (PRD) segue criticado pelas escolhas na administração da conjuntura pandêmica.

No que diz respeito à questão sanitária, no mês de outubro o país apresentou um quadro de estabilidade quanto ao número de casos (118.841) e mortes (2.474) em decorrência do novo coronavírus, segundo órgãos oficiais de saúde. Apesar de tal configuração, o Panamá seguiu líder em número de casos por milhão de habitantes (27.543), posição em que permaneceu durante quase todas as semanas entre outubro e dezembro do presente ano. Já no mês de novembro, os índices de casos e mortes aumentaram e, em dezembro, o território registrou sua pior semana durante todo o período da pandemia no que diz respeito ao índice de contágio. A condição contínua de país com maior número de casos por milhão de habitantes (47.815) na América Latina, de acordo com o que foi documentado no último mês do ano, atesta uma nefasta “estabilidade”.

O país passou por um momento de relaxamento das normas de isolamento social durante o mês de novembro, com a justificativa de reaquecer a economia doméstica a partir do comércio. O uso de máscaras seguiu mandatório, além da política de toque de recolher diário entre as 23 e 5 horas. Apesar do aumento no número de casos, o governo federal não mencionou, durante a primeira metade de dezembro, maiores medidas de contenção e nem um possível retorno da política de *lockdown*. Tal política só foi retomada ao fim da terceira semana do mês, como aposta de contenção do número de casos e mortes que apresentavam tendência crescente no país.

Em 15 de dezembro, o governo panamenho anunciou a aprovação da vacina produzida pela Pfizer para uso emergencial. Entretanto, segundo as instituições federais, a mesma só será distribuída a partir do primeiro semestre de 2021.

Outro ponto relevante neste intervalo de tempo foi a chegada da Tempestade Tropical ETA na América Central e Caribe. Formada no fim de outubro, ela atingiu a região durante as primeiras semanas de novembro. No Panamá, os efeitos foram chuvas fortes, enchentes e deslizamentos, principalmente na região oeste do país. Cortizo acionou o Centro de Operações de Emergência a fim de amparar a população afetada, cujo número estimado supera o de 3 mil pessoas, sendo que parte delas foi realocada para 30 abrigos. Mais de 70 toneladas de ajuda humanitária foram enviadas para as províncias em situação crítica, onde a evacuação foi aconselhada. Até o dia 8 de novembro, foram notificados 62 desaparecimentos, e no dia 14 do mesmo mês foram reportados um total de 19 mortes em decorrência do desastre ambiental. Ao menos até o mês de dezembro as buscas continuavam. A ocorrência de duas tempestades durante o ano de 2020, em um cenário pandêmico, acenderam o alerta sobre a questão climática e a necessidade de preservação do meio ambiente junto aos esforços de combate ao novo coronavírus.

No dia 2 de outubro, foi realizada uma audiência presidida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para tratar da questão do casamento igualitário no Panamá. Isso indica que o

¹ Cientista Política pela Unirio, mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e pelo CASA, editora da CESP. Bolsista CAPES. Contato: hellenoliveiracp@gmail.com

debate sobre as vivências e os direitos dos grupos LGBBTQIA+ ganharam maior espaço no país durante este trimestre. A luta pelo reconhecimento de uniões homoafetivas ocorre há anos, tendo destaque para 2016, ano em que diversos casais LGBTQIA+ questionaram legalmente o artigo 26 do Código da Família do Panamá, cujo texto reconhece enquanto casamento a união “entre um homem e uma mulher”. Uma das apelações foi, inclusive, direcionada à Suprema Corte panamenha. Após décadas de negligência institucional acerca dos pedidos, há uma possibilidade de reforma do código e mudança da lei com base nos ordenamentos internacionais de direitos humanos.

Por conta da pressão dos movimentos sociais, em decorrência das inúmeras denúncias de homofobia e transfobia durante a quarentena — na qual foi instituída uma política de circulação em vias públicas com base na divisão sexual —, o governo federal emitiu uma resposta pública durante o segundo semestre rejeitando qualquer tipo de hostilidade, violência e discriminação. No entanto, esta declaração não supre as demandas dos movimentos, principalmente no que diz respeito às denúncias supracitadas.

O movimento *Hombres Trans Panamá* recorreu às instâncias supranacionais de direitos humanos para tratar de medidas institucionais mais eficazes que mitiguem a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Após lançar o relatório sobre os Efeitos das Medidas de Quarentena sobre Pessoas Trans no Panamá, com auxílio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na América Latina e Caribe, em julho deste ano, o movimento se uniu a demais organizações concentradas na defesa dos LGBTQIA+ e dos direitos humanos, para lançar uma carta-manifesto em relação à proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero na Assembleia Geral das Nações Unidas. Durante o início do mês de outubro, dias após a realização da audiência sobre uniões igualitárias, o *Hombres Trans Panamá* disparou em suas redes a carta elaborada pelas organizações supracitadas, a fim de reforçar a campanha *#CuarentenaSinTransfobia*. Trata-se de um posicionamento pela continuidade da luta contra o preconceito e uma sinalização de que mais avanços são necessários no debate sobre direitos, igualdade e diversidade no país.

Com relação aos preparativos da gestão federal para o ano de 2021, há desde já um posicionamento da Ministra da Educação, Maruja Gorday de Villalobos, por formas de manter o interesse de estudantes na formação escolar, apesar da continuidade do ensino à distância. Aconselha a aproximação entre educadores e líderes comunitários, bem como visitas domiciliares, como possível mecanismo de acompanhamento de educandos. Serão oferecidos cursos durante sete semanas para pessoas que não conseguiram completar os estudos durante o ano de 2020, como forma de mitigar a evasão do ensino médio.

Paraguai: para além do lixo e das reclamações

Pedro Borba¹

O Em outubro de 2020, a Ponte da Amizade foi reaberta para a circulação, desanuviando a pressão política que se acumulara nos meses anteriores, quando pequenos comerciantes, trabalhadores e associações patronais travaram um longo embate contra as medidas restritivas do governo paraguaio. Após três semanas de abertura parcial, em que o contágio em Ciudad del Este não mostrou crescimento acentuado, a entrada de brasileiros foi liberada sem restrições. Ainda assim, de setembro a novembro, os casos de Covid-19 cresceram consideravelmente no país, especialmente se contrastados com o patamar baixíssimo mantido até então. A ocupação de leitos de UTI superou 80% em setembro e se manteve ao redor desse nível desde então.

Para os movimentos sociais, o tema urgente no país diz respeito à reativação econômica e às políticas emergenciais do governo para grupos vulneráveis. Nos últimos meses de 2020, a mobilização camponesa e os conflitos fundiários foram a principal frente de luta popular. Sem dúvida, a questão da terra é um eixo histórico da política paraguaia. A expansão da soja em moldes extrativistas nos departamentos do sudeste, controlada majoritariamente por capital brasileiro, corrói há décadas as condições para a agricultura familiar e camponesa, de forte base indígena. Nesse processo, o Partido Colorado foi um aríete político do agronegócio na expropriação de terras. O sufocamento econômico do campesinato paraguaio não é, pois, um dado da pandemia, como não o é sua organização política para a resistência. Entre 1990 e 2019, foram registrados 519 ocupações de terra por camponeses e indígenas, das quais aproximadamente 30% encaminharam processos de acesso à terra, enquanto em 57% dos casos as famílias foram desalojadas pelo estado.

Em 13 de outubro, uma manifestação popular percorreu as ruas de Assunção para exigir um plano emergencial de reativação econômica; nela, tiveram destaque os movimentos do campo organizados na Coordenação Nacional Intersetorial (CNI) e na Articulação Camponesa, Indígena e Popular (ACIP). As pautas mobilizadas diziam respeito não só à ajuda urgente à agricultura familiar, atingida pela seca e pela pandemia, mas também ao cumprimento da promessa do presidente Mario Abdo Benítez de suspender as dívidas acumuladas pelos agricultores. Um novo acordo foi estabelecido entre o presidente e os movimentos em 15 de outubro, sem consequências imediatas.

A rigor, há um ciclo de lutas iniciado em 2016 pelo resgate emergencial da agricultura familiar e camponesa, que resultou na lei n. 5868/2017 sobre o tema. Na ocasião, os movimentos permaneceram em vigília na capital por 39 dias para a aprovação do dispositivo. Desde então, os governos colorados protelaram a regulamentação da lei e houve sucessivas jornadas de luta para a efetivação de uma política pública de apoio aos agricultores, voltada não só ao crédito e ao subsídio direto, mas também à regularização fundiária e à reforma agrária. Em junho de 2019, um novo acampamento resistiu por vários dias nas ruas de Assunção exigindo que Mario Abdo Benítez implementasse as conquistas recém aprovadas na Lei de Defesa, Restauração e Promoção da Agricultura Familiar e Camponesa (lei n. 6286/2019). Com efeito, o discurso do presidente colorado para a agricultura a subentende como o latifúndio exportador de soja.

Em 2020, o ápice das movimentações populares pela questão agrária foi o mês de novembro, quando o Congresso, após atrasos e obstruções, apreciou um projeto de lei para um auxílio específico à agricultura familiar e camponesa. A partir de 11 de novembro, o centro de Assunção foi ocupado

¹ Doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ, professor da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: pedroborsa.cp@gmail.com.

pelos movimentos reunidos na CNI e na ACIP, que denunciavam a inação do governo ante os acordos alinhavados no mês anterior. Por quatro dias, manifestantes vindos de diferentes departamentos do país permaneceram acampados em frente ao Congresso, que adiou a votação.

A questão fundiária seria reacendida na semana seguinte quando Sixto Rodríguez, parlamentar progressista da Frente Guasú, responsável pela redação da lei n. 5868/2017, acusou o presidente paraguaio de deter terras irregulares no departamento de Alto Paraná. Abdo Benítez replicou ao senador acusando-o de caluniar e incitar a violação da propriedade privada. Vale lembrar que a revisão do estatuto de terras griladas, estimadas em oito milhões de hectares, é uma reivindicação sistemática das agremiações camponesas paraguaias. No dia 23 de novembro, representantes dos movimentos entregaram à Suprema Corte denúncias documentadas de cinco casos de grilagem. Ato contínuo, o governo estabeleceu uma mesa de diálogo sobre terras irregulares entre a Mesa Coordenadora de Movimentos Camponeses (pertencente à CNI) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT).

A mobilização contínua dos movimentos camponeses no mês de novembro não repercutiu só nas casas legislativas onde tramitava a liberação de recursos, mas na sociedade como um todo. Em particular, é digno de nota, embora não de surpresa, a campanha de difamação contra os movimentos sociais conduzida pela imprensa paraguaia ao longo dos últimos meses de 2020. Um dos principais porta-vozes do agronegócio, o *ABC Color* repetidamente recorreu à imagem dos camponeses como históricos beneficiários de ajuda milionária do governo, que se valem da violência para obtê-la. Taxou os manifestantes de “piqueteiros”, “delinquentes”, sempre associando as manifestações ao distúrbio de tráfego urbano. No dia 25 de novembro, o jornal publicou matéria em que o chefe de polícia de Assunção chama os movimentos de violentos, acusando-os de usar como escudo crianças e mulheres grávidas. No dia seguinte, *La Nación* lançou a infame manchete: “acabou a marcha camponesa, ficaram o lixo e as reclamações”.

No fim de novembro, o Congresso enfim aprovou a liberação de US\$ 25 milhões voltados exclusivamente para o fomento e o subsídio da agricultura familiar e camponesa, dos quais US\$ 15 milhões serão transferidos diretamente para as organizações, enquanto o restante será empregado em programas governamentais de assistência. Além disso, foram assegurados US\$ 32 milhões para obras públicas e equipamentos. Mais de duas semanas depois da aprovação no Legislativo, a lei foi promulgada por Mario Abdo Benítez, uma vitória do movimento popular que o *ABC Color* noticiou amargamente como uma “partilha milionária” com piqueteiros, fruto da “extorsão ao Congresso e ao Executivo”.

De outubro a dezembro, a pandemia arrefeceu no Peru. O número de novos casos cresceu menos do que a metade do trimestre anterior (foram 196.840 novos casos) e o número de mortes cresceu menos de um terço do que registrado anteriormente (foram 5.145 novas mortes). No total, até o fim do ano, o país acumulou 1.015.137 casos e 37.680 mortes. Não ficou, portanto, nos primeiros lugares do funesto ranking de países mais afetados pela covid-19. Se no quesito sanitário a crise parece ter poucado o Peru, o mesmo não se pode dizer sobre o âmbito político.

Outubro começou sem sobressaltos, com as primárias dos partidos para a formação das chapas eleitorais para 2021. Ademais, jovens, defensoras ambientais e indígenas protestaram nas proximidades do Congresso pela ratificação do Acordo de Escazú, somando-se às campanhas virtuais contínuas #CongresoRatificaEscazú e #EscazúAhora. No dia 20 de outubro, entretanto, o Acordo foi arquivado pela Comissão de Relações Exteriores do Congresso. Ainda neste mês, sessenta organizações da sociedade civil lançaram uma carta aberta pela efetiva implementação do fundo FAE-Agro, criado para assistir a pequena produção agropecuária durante a pandemia.

Em 5 de novembro, a *Confederación General de Trabajadores del Perú* (CGTP), principal central trabalhista peruana, levou milhares de trabalhadores e trabalhadoras às ruas na Jornada Nacional de Luta, pondo-se contra a suspensão perfeita de trabalhos — manutenção do vínculo empregatício sem remuneração —, contra a corrupção e em prol da autonomia sindical nas negociações coletivas. Foi apenas no dia 9, porém, que se instaurou uma crise de gigantescas proporções na política peruana. Naquele dia, a maioria do Congresso votou por destituir o presidente Martín Vizcarra. Esse foi o segundo processo aberto contra o presidente, que assumiu em 2018 após renúncia de Pedro Pablo Kuczynski — também sob moção de vacância.

A queda de Vizcarra representou, portanto, mais um passo em direção ao esgarçamento do sistema político peruano, que vinha se debilitando desde as eleições de 2016, em que se elegeram o presidente PPK e um Congresso de maioria fujimorista. Face à queda de PPK, o início da Lava Jato peruana e a popularização do tema da corrupção, Vizcarra fez diversas investidas contra a classe política, culminando na dissolução do Congresso e na convocação de novas eleições parlamentares. Ainda assim, como mostrado no último Comunica, a cizânia entre Executivo e Legislativo não se resolveu, mesmo com a brusca redução do bloco fujimorista.

Sem presidente ou vice-presidentes na linha sucessória, quem assumiu o comando do Executivo foi o presidente do Congresso, Manuel Merino. Essa sucessão, entretanto, incomodou grande parte da população, que entendeu o ocorrido como um golpe engendrado por um parlamento corrupto guiado por interesses mesquinhos. Nos dias que se seguiram, as ruas de todo o país amanheceram abarrotadas de manifestantes, no que são consideradas as maiores manifestações da história recente do Peru — e, possivelmente, de toda sua história. Apesar da alta aprovação de Vizcarra ao longo do mandato, os protestos não eram bem em seu favor, ou pela sua volta, mas antes um “*Que se vayan todos*”! O sentimento que tomou as ruas foi o de indignação generalizada em relação à classe política e, em especial, ao Congresso, que derrubara mais um presidente no mesmo mandato — agora em meio à pandemia. Além dos protestos de rua, houve bicicletaços, painelaços e intensa mobilização nas redes sociais.

¹ Doutorando e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do NETSAL. Bolsista Nota 10 FAPERJ. E-mail: raulnunes@icloud.com.

Na madrugada do dia 14 de novembro, o quinto dia consecutivo de protestos, dois jovens (Bryan Pintado e Inti Sotelo) foram assassinados pela Polícia Nacional do Peru, um deles com 11 tiros na cabeça. Essa brutal repressão causou comoção na opinião pública, com jornais, políticos e diversas personalidades públicas se somando às vozes das ruas e pedindo a renúncia de Merino, bem como a devida investigação e punição dos responsáveis pela repressão violenta. No dia seguinte, Manuel Merino renunciou à presidência. Ficou a cargo do Congresso escolher uma nova mesa diretora, que acabaria por definir as presidências dos poderes Executivo e Legislativo. O debate perdurou por dois dias e findou com a escolha de Mirtha Vásquez, do *Frente Amplio*, para a presidência do Congresso e Francisco Sagasti, do *Partido Morado*, para a presidência do país. Ambos foram escolhidos por terem votado contra a derrubada de Vizcarra; tendo Sagasti saído na frente por seu partido ser o único a votar em bloco desta maneira. A deliberação dos congressistas esteve a todo o tempo amparada nas demandas vindas das ruas e redes, num aceno à “geração do bicentenário”, como ficou conhecida a juventude manifestante.

Em que pese certa volta à normalidade com a chegada de Sagasti ao poder, persistiram vigílias pela memória de Inti e Bryan. Setores à esquerda passaram a inserir a pauta de uma nova Constituição² entre demandas de muitas manifestações, espelhando o debate chileno. Além disso, outros conflitos continuaram a se desenrolar. No dia 24 de novembro, moradores da região de Machu Picchu entraram em greve e protestaram contra o aumento de passagem da PeruRail e da IncaRail para quem vive na região. Em dezembro, as empresas ferroviárias de Machu Picchu e o Ministério dos Transportes sentaram para negociar com a população, mas não houve acordo.

Em 30 de novembro, teve início o Paro Agrario na região de Ica. Trabalhadores rurais entraram em greve e bloquearam o trânsito de caminhões, numa demanda por melhores condições trabalhistas e, mais especificamente, pela revogação da Lei de Promoção Agrária. Os e as trabalhadoras argumentavam que a seção trabalhista da lei lhes colocava numa situação laboral pior do que a do regime geral. A essa pauta se somaram outras reivindicações e os protestos rurais seguiram nos primeiros dias de dezembro nas regiões de Apurímac, La Libertad, Piura e Junín, sempre sob forte repressão policial. Em La Libertad, Jorge Munõz e Mario Fernández foram mortos em meio aos protestos, abrindo espaço para que fossem traçados paralelos com a morte de Inti e Bryan e o recém-deposto governo Merino. No dia 4 de dezembro, o Congresso aprovou a revogação da Lei de Promoção Agrária e começou a discutir nova lei para o setor. Em 21 de dezembro, o Paro Agrario foi reiniciado para pressionar o Congresso, uma vez que não se conseguiu aprovar uma nova lei para o regime laboral rural. Após dias de protestos, com o fechamento das rodovias que saem de Lima para o Equador e para o Chile e sob incessante repressão policial, finalmente o Congresso aprovou um novo texto no dia 29.

2 A Constituição vigente data da ditadura neoliberal de Alberto Fujimori. Como no Chile, muitos apontam que a carta constitucional mantém problemas políticos e estrangula as possibilidades de regulação e ação do Estado.

A situação da República Dominicana durante o último trimestre de 2020 sumariza parte dos dilemas sociais vividos durante o ano e antecipa questões sobre as relações entre sociedade civil e Estado em 2021. Além da conjuntura pandêmica, sem previsão de fim, trata-se de um período marcado por intensas disputas entre os movimentos sociais e sindicais, por um lado, e, por outro, a administração do presidente em exercício Luis Abinader (PRM). Soma-se a isso o acirramento das relações fronteiriças entre o território dominicano e o Haiti.

A respeito da crise sanitária, instaurada pela pandemia de covid-19, o país passa por um quadro oscilante entre estabilidade e piora, no que se refere ao número de casos. No início do mês de outubro, os números oficiais indicavam 117.457 casos e 2.165 mortes em decorrência do vírus, e a tendência do país era de estabilidade, com aumento percentual de casos, mas decréscimo de mortes (-9,4%). Já durante novembro, foram registrados um total de 136.784 casos e 2.306 mortes, com aumento percentual de 42,5% e 4%, respectivamente, o que indicava uma tendência de subida no número de casos e de estabilidade no que concerne às mortes. Os dados presentes sobre dezembro são de 157.929 casos e 2.376 mortes; percentualmente a tendência é, respectivamente, de subida e queda. Este cenário pode indicar que, apesar do aumento no número de casos, os protocolos sanitários de acompanhamento de infectados têm sido, em determinada medida, eficazes. É necessário observar como o aumento contínuo do número de infectados e infectadas influenciará nos percentuais nas próximas semanas.

No dia 31 de dezembro, a Direção Geral de Medicamentos, Alimentos e Produtos de Saúde (DIGEMASP) do Ministério da Saúde e Assistência Social concedeu licença especial para o uso da vacina da AstraZeneca na República Dominicana. O calendário de vacinação prevê o início da imunização apenas em 2021 e, segundo o ministro da saúde, Plutarco Arias, os primeiros dominicanos serão vacinados a partir de março.

A situação dos trabalhadores do ramo da cana de açúcar segue grave, com embates entre os movimentos sindicais e o governo federal. Esta contenda não é novidade na República Dominicana, visto que a categoria há mais de uma década se mobiliza por melhoria no piso salarial, condições dignas de trabalho e um plano seguro de direitos trabalhistas. A luta pela aposentadoria já perdura 11 anos, com apelos não reconhecidos pelas diversas administrações presidenciais. Tal negligência é agravada pelo racismo e xenofobia, visto que boa parte dos trabalhadores deste setor são imigrantes haitianos ou dominicanos com ascendência haitiana. Durante o terceiro trimestre de 2020, após elevada pressão da sociedade civil, o governo Abinader prometeu reconhecer e distribuir pensões para trabalhadores aposentados. Em outubro, a promessa foi reiterada, com a divulgação do reconhecimento de mais de 1600 pensões. Entretanto, este acordo não foi cumprido, e a categoria segue sem pagamento. No dia primeiro de dezembro foi divulgado o manifesto “*Apoyamos la lucha de la Unión de Trabajadores Cañeros por el derecho a una pensión*”, que recebeu assinaturas de militantes de diferentes nacionalidades, dentre eles: professores e professoras, líderes sindicais, integrantes de movimentos sociais, organizações em defesa dos direitos humanos e pessoas filiadas a partidos políticos.

1 Cientista Política pela Unirio, Mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e CASA, editora da CESP. Bolsista CAPES. hellenoliveiracp@gmail.com

As tensões entre o governo dominicano e suas relações de fronteira aumentaram: em 5 de novembro, Luis Abinader deu uma declaração durante uma transmissão realizada pelo Wilson Center a respeito do ciclo de protestos que tomam curso no Haiti. O presidente da República Dominicana afirmou que a instabilidade haitiana tem sido uma “dor de cabeça cara” e afirmou falar como representante do continente americano, pela região central e pela França, país responsável pela colonização do território haitiano que impediu por anos seu desenvolvimento democrático e econômico por meio de boicotes e ameaças. Tal fala se torna ainda mais grave quando colocada em contexto, dado o histórico de racismo e xenofobia sofrido pelo povo haitiano. Não obstante, o evento ocorreu quase um mês após o aniversário do Massacre de Perejil, ocorrido em outubro de 1937. Neste evento trágico, a ditadura trujillista² realizou uma campanha eugenista, em que um número ainda não estimado de haitianos e dominicanos de ascendência haitiana foram assassinados e posteriormente jogados ao mar ou enterrados em covas comuns. O governo dominicano acordou pagar uma indenização ao governo haitiano em decorrência do massacre, entretanto, como denuncia o Movimento Socialista de Trabalhadores e Trabalhadoras da República Dominicana, nenhuma administração do país assumiu plena responsabilidade pelo ataque.

No Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, 25 de novembro, movimentos feministas dominicanos relembrou o sequestro e assassinato das Irmãs Maribal - Patria, Minerva e María Teresa - realizado a mando da ditadura trujillista. A escolha da data, inclusive, foi feita em memória ao ocorrido. Tais movimentos organizaram seminários virtuais e campanhas em torno da pauta #NiUnaMenos. Também foram debatidos os dilemas da vida das mulheres durante a crise sanitária de pandemia de covid-19 e o aumento das violências domésticas, dos feminicídios e da transfobia. Outras pautas importantes levantadas foram a desigualdade salarial, estratificada por gênero, e a impossibilidade do direito de escolha, uma vez que a República Dominicana é um país onde o aborto é considerado crime tipificado pelo código penal, sendo considerada uma das legislações mais severas do mundo neste tema.

2 Corresponde ao período ditatorial dominicano sob o regime de Rafael Leónidas Trujillo Molina; O ditador chegou ao poder em agosto de 1930 e foi deposto em 1961, após ser morto. A ditadura trujillista teve um caráter de domínio militar, civil e agrário, visto que sua família detinha 70% das terras cultiváveis do país. Para mais informações acesse: <http://memorialdademocracia.com.br/card/americ-latina/10>.

O Uruguai em meio ao aumento da violência e dos casos da covid-19

Maria Eduarda Tavares¹

No último trimestre, houve um agravamento da crise sanitária da covid-19 e o país bateu alguns recordes nesse sentido. O Uruguai, que no início da pandemia foi um dos países mais exemplares no controle e tratamento da situação, só no dia 24 de dezembro registrou 712 casos novos e 5.008 casos ativos, com 59 pessoas em terapia intensiva e oito óbitos, estando Montevidéu no “nível vermelho” de risco de contaminação pela escala de Harvard. A perspectiva de adquirir uma vacina para enfrentar a pandemia ganhou mais atenção no debate público com a oferta de ajuda do presidente argentino, Alberto Fernández. Até o final de dezembro, o país ainda não tinha um plano de vacinação ou contratos com laboratórios definidos. Concomitante a essa emergência sanitária no país, lançou-se uma campanha pelo referendo contra 135 artigos da LUC.

No início do trimestre, dia 7 de outubro, a Plenária Intersindical de Trabalhadores - Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT) se expressou de maneira precisa contra a Lei de Consideração Urgente (LUC), promovida pelo governo de Luis Lacalle Pou. Seus dirigentes estavam determinados a recolher assinaturas para promover um referendo e tentar revogá-la. O que ainda não tinha sido definido é se iriam contra os mais de 500 artigos, ou se apenas cancelariam alguns deles. A central de trabalhadores resolveu neste mesmo dia formar uma “comissão nacional pró-referendo”, que terá a missão de consultar diferentes organizações sociais e políticas em apoio à PIT-CNT e na tentativa de revogar toda ou parte da lei.

No dia 13 de outubro, o discurso reacionário sobre as questões de gênero voltou a ecoar no debate público. A retórica utilizada defendia que, nos últimos anos, houve um avanço de grupos feministas, financiados pelo exterior e apoiados pelos governos do Frente Ampla, que vinham pautando indevidamente “coisas da vida privada” no âmbito político. Essa retórica foi utilizada em resposta à denúncia de violência doméstica contra o general Ricardo Fernández, diretor do Instituto Militar de Estudos Superiores. A isso se somou a prisão de Fernández, contra quem já havia uma denúncia anterior, e tudo indica que o general deixará de ser o encarregado de treinar oficiais superiores e chefes do Exército.

Também no dia 13 de outubro, foi colocado um *banner* em frente ao colégio Dámaso Antonio Larrañaga com a legenda: “O JUP está de volta. Não ao referendo da LUC. Comunistas fora das instituições!”. As iniciais JUP representam a Juventude Permanente do Uruguai, uma organização de extrema-direita que operou de 1970 a 1974 e esteve envolvida em numerosos atos de violência em centros de estudos. A organização tem como um de seus ex-líderes, por exemplo, Hugo Manini Ríos.

Além disso, também em 13 de outubro, a Associação de Mães e Familiares de Detidos Desaparecidos anunciou sua decisão de informar à Procuradoria Geral da República que existe uma campanha de difamação contra eles, desenvolvida por meio das redes sociais. Recentemente, circularam mensagens afirmando, entre outras atrocidades, que muitos desaparecidos estão vivos e residem, escondidos, fora do Uruguai; ou que as pensões reparatórias para as vítimas do terrorismo de Estado são uma causa importante de problemas no sistema de segurança social.

No dia 14 de outubro, ocorreu ato em prol da educação pública, com o lema “presença total e obrigatória na escola pública” e “viva a educação pública de qualidade e gratuita!” que ocorreu na

¹ Doutoranda e mestra em sociologia no IESP-UERJ, pesquisadora do NETSAL e bolsista do CNPq. E-mail: mariaeftavares@gmail.com.

Praça Varela, dando continuidade às demais manifestações que aconteceram nos meses anteriores, em meio aos cortes no orçamento público.

Em 15 de outubro, um decreto autorizou o despejo policial de locais de trabalho ocupados quando o Ministério do Trabalho e a Previdência Social julgarem conveniente. Contra essa decisão do poder Executivo, a PIT-CNT apresentou recurso de revogação. Dando continuidade a esta causa, no dia 28 de outubro, a PIT-CNT fez uma mobilização para o pagamento dos salários atrasados e contra as demissões dos trabalhadores do Ministério de Desenvolvimento Social (MIDES).

No dia 1º de novembro, a polícia foi acusada de agredir um grupo de pessoas que estavam reunidas na Praça Líber Seregni. As forças de choque da polícia estiveram presentes em vários espaços públicos sob o pretexto da emergência sanitária. Esta ação ocorreu simultaneamente no Parque Rodó, na Praça dos Trinta e Três, no Kibón, no bairro de 40 semanas e em outros locais em que se realizavam atividades culturais de forma pacífica. De todas as intervenções policiais, segundo quem estava no local, a única que foi realizada com um nível de violência injustificado foi a dirigida à população negra. Além disso, com a recente aprovação da LUC, os aparatos repressivos do Estado são responsáveis por criminalizar e agravar a perseguição e o estigma contra as populações mais vulnerabilizadas.

No dia 5 de novembro, os trabalhadores do MIDES continuaram a se mobilizar. As reivindicações giravam em torno das seguintes questões: três trabalhadoras foram despedidas por perseguição sindical, sendo que uma delas estava grávida; oitenta trabalhadores não recebiam o seu salário há quatro meses; e 150 contratos corriam o risco de não serem renovados. O coletivo de pessoas em situação de rua *Ni Todo Está Perdido* apoiou a mobilização e denunciou a omissão do governo.

Em 25 de novembro, Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, realizaram-se várias manifestações em diversos pontos do país. Com o lema “nem submissas, nem trancadas, na rua organizadas”, vários coletivos feministas convidaram para marchar da Intendência até a Praça Independência, na capital. Os coletivos também organizaram-se em resposta à “pandemia oculta” que abateu o país durante a crise da covid-19: quase 80% das mulheres uruguaias passaram por casos de violência. De março a junho, registraram-se mais de 800 casos e 23 mortes. No dia 14 de dezembro, atos feministas voltaram a ocorrer, desta vez em resposta aos dois feminicídios que aconteceram em menos de 48 horas, um em Maldonado e outro em Salto.

No dia 6 de dezembro, faleceu Tabaré Vázquez. A saúde do ex-presidente começou a se deteriorar há pouco mais de um ano. Em agosto de 2019, Vázquez informou que haviam encontrado um nódulo em seu pulmão direito e o seu estado de saúde se agravou ao longo do ano. O cortejo fúnebre partiu da Esplanada da Administração Municipal de Montevideo, no centro da capital, para o Cemitério La Teja, bairro do ex-presidente, onde foi sepultado, e uma multidão se reuniu para se despedir do ex-presidente. Também ocorreram diversas manifestações espalhadas pelo país em sua homenagem.

Gênero, migração e desabastecimento: o fim do ano na Venezuela

Daniel Henrique Ferreira¹
Marília Bernardes Closs²
Simone da Silva Ribeiro Gomes³

A Venezuela começou outubro com 74.363 casos de covid-19 e terminou o ano com 113.558 casos. Ao mesmo tempo, os protestos que já ocorriam desde final de setembro se intensificaram em outubro, que se tornou o mês de maior conflitividade social, com 1.484 manifestações, o equivalente a 49 por dia. As mobilizações no início do mês são causadas pelo desabastecimento, notadamente de petróleo, em um país conhecido pela abundância das reservas deste recurso. Como resultado, alguns serviços públicos colapsaram e o preço da gasolina disparou

Enquanto, no início do mês, o principal foco era a gasolina, com o passar das semanas torna-se a regularização do acesso ao gás doméstico. Junto ao colapso dos serviços públicos, ocorreram protestos puxados pela garantia dos direitos sociais de acesso a saúde, a educação e a água. O dia dos professores, 5 de outubro, contou com um protesto de pequena escala no centro da capital, Caracas, com a demanda de salários dignos. No dia 7, ocorreu uma manifestação dos profissionais da saúde, que pediam aumento salarial e melhoria das condições de trabalho.

Manifestações contrárias ao governo de Nicolás Maduro também foram recorrentes. No dia 3 de outubro, estudantes membros da Federação de Centros Universitários da Universidade Central de Venezuela (UCV) fizeram um ato simbólico contra o governo de Maduro, acusando-o de cometer assassinatos políticos. No caso do protesto do dia 9 de outubro, em El Socorro, no estado de Guaricó, os pedidos versavam sobre a liberação do ex-conselheiro municipal Carlos Campos. Os manifestantes queimaram a sede da polícia, que, por sua vez, os reprimiu duramente.

Em novembro, o trabalhador do setor de ferrovias e mineração Rodney Alvarez foi detido, o que gerou uma grande comoção, e um pedido *por sua libertação* nas redes: *#LiberenARodneyAlvarez*. O grupo *Dale Letra - Civiles en Protesta Pacífica* realizou uma marcha no centro de Caracas por um acordo de salário e garantias. Adicionalmente, os trabalhadores da saúde e educação voltaram a se reunir nas ruas, por melhorias salariais.

No dia 25 de novembro, houve uma manifestação pelo Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, na Plaza Morelos, na capital, com a participação do coletivo Uqira, que chamou a atenção para o aumento recente dos feminicídios no país. Até novembro, a Venezuela já havia superado 200 feminicídios no ano, o que representa um acréscimo de 53% durante o período da pandemia, em relação ao ano de 2019.

Como forma de atenuar a crise causada pela pandemia, o governo colocou em marcha o Plano de Abordagem Integral Alimentar, que inclui estabelecimentos de alimentação e de abastecimento comunal e programas de atenção nutricional. Só no dia 19 de novembro, em Ciudad Caríbia, 3.353 famílias foram incluídas. Se a fome já era uma constante na Venezuela em função da crise política e econômica que o país vive há anos, a pandemia e o desabastecimento recente dramatizaram a situação.

No início de dezembro, uma manifestação em frente à Praça da Moeda, em Caracas, convocada pelas feministas, teve como um dos seus pontos a unificação das lutas entre feministas e

1 Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisador do NETSAL. E-mail: danielhmf11917@gmail.com.

2 Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisador do NETSAL. E-mail: danielhmf11917@gmail.com.

3 Professora do departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora associada do NETSAL. E-mail: simone.gomes@ufpel.edu.br.

trabalhadores, com o uso da *hashtag* #PorTodosNuestrosDerechos. Os direitos dos idosos e idosas foram pauta de um ato no dia 15, que demandou ao governo o aumento do envio de insumos e medicamentos. No início deste mês, ocorreram eleições legislativas, com a participação de 31% da população e a coalizão no poder ganhou a maioria dos assentos parlamentares.

Também no começo de dezembro, Juan Guaidó, auto-declarado presidente, foi a principal liderança da chamada consulta popular, realizada dia 12, de forma independente e simbólica. Tal consulta perguntou aos venezuelanos se estes apoiavam os mecanismos de pressão (nacionais e internacionais) em prol de eleições presidenciais e parlamentares livres que substituíssem as eleições legislativas. A consulta foi uma resposta às eleições de dezembro e foi considerada um sucesso por seus realizadores, que declararam que 6,4 milhões de pessoas participaram da atividade, entre votos presenciais e virtuais; cabe notar que a maior parte dos organizadores e participantes da consulta boicotou o pleito oficial. No entanto, a consulta não trouxe mobilizações significativas ao seu redor, consolidando-se como mais uma investida do campo de oposição liderado por Guaidó.

A crise migratória venezuelana ganhou a cena mais uma vez com a morte de 14 migrantes em um barco, que se deslocavam rumo a Trinidad e Tobago, no dia 13 de dezembro. Quase concomitantemente à época, as questões relativas à violência de gênero seguem uma preocupação na Venezuela. No dia 18, há a inauguração de uma casa para mulheres vítimas de violência, realizada pela governadora do estado de Táchira.

Chamou a atenção, no dia do natal, o discurso tradicional do Papa Francisco, que mencionou a Venezuela, com o pedido de "colocar um fim no sofrimento do povo venezuelano". Ivan Duque, presidente da Colômbia, trouxe a discussão da crise migratória venezuelana mais uma vez à tona, com a declaração de que a vacinação não se aplicará aos refugiados ditos *ilegais* no país.

Para fechar o ano, em 29 de dezembro, feministas se reuniram em apoio à aprovação da legalização do aborto na Argentina, em frente à Galeria de Arte Nacional, em Caracas, com o uso de #EstamosconlasPibas. Assim, a maré verde chegou, também, à porção norte do subcontinente sul-americano. Na Venezuela, o aborto não é legalizado, exceto nos casos em que a gestação apresenta risco à vida da pessoa gestante. Em 2005, uma proposta de despenalização foi enviada ao Congresso, mas nunca foi aprovada.

**TEXTOS
TRANSVERSAIS**



O panorama da questão trans em um 2020 pandêmico: Brasil e Panamá

Hellen Oliveira¹
Iná Cholodoski²

Em memória de Keron Ravach.

Resumo

Considerando as vivências LGBTQIA+ durante a conjuntura pandêmica de 2020, temos por objetivo compreender como tal momento político afetou diretamente este agrupamento da sociedade civil, levando em conta implementações de medidas emergenciais e processos eleitorais. Para isso, avaliamos uma série de decisões institucionais e fenômenos sociais que atravessaram as vivências trans no Brasil e no Panamá. Assim, observamos limitações e potencialidades históricas a respeito das identidades de gênero que ganharam maior evidência durante a pandemia do novo coronavírus. Nossa investigação indica que considerar a questão trans como pauta identitária, ou ainda, secundária, é um entrave tanto analítico quanto político.

Palavras-chave: LGBTQIA+; Brasil; Panamá; Coronavírus

Introdução

Há determinado consenso de que a conjuntura pandêmica de 2020, apesar de inaugurar desafios não previstos, acentuou dilemas sociais, políticos e econômicos há muito experienciados, e a América Latina não esteve imune diante desse processo. As escolhas políticas tomadas durante o combate ao novo coronavírus colocaram em evidência a forma com que governos e sociedade civil lidam com questões e agrupamentos sociais, de forma que este período extraordinário foi capaz de ressaltar processos cotidianos complexos e, muitas vezes, dolorosos. Neste sentido, dilemas continuados e emergentes se entrecruzam, pressionando por análises capazes de compreender suas diferentes escalas.

No que diz respeito aos efeitos emergentes da pandemia na região, destacam-se “fome, desemprego, falta de acesso à água e moradia [...] alguns dos agravamentos identificados nesse período. Por sua vez, os Estados surgem como “salvadores”, e as respostas governamentais foram apresentadas por meio da falsa dicotomia entre a vida e economia” (GONÇALVES, GOMES e ZUCATTO, 2020, p. 4), e ainda, o avanço do negacionismo científico, que coloca em xeque medidas preventivas e adesão às campanhas de vacinação. Quanto aos dilemas contínuos, acentuados pela crise sanitária, salientamos a falta de acesso a insumos, materiais de higiene e saneamento básico, a sobrecarga dos sistemas públicos de saúde, e a queda em indicadores determinantes da qualidade de

1 Cientista Política pela Unirio, mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e pelo CASA, editora da CESP. Bolsista CAPES. Contato: hellenoliveiracp@gmail.com

2 Cientista Social pela UFRJ, mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo CERES. Bolsista CAPES. Contato: pedro_cholodoski@iesp.uerj.br.

vida, principalmente para as camadas populares³. Sob esta ótica, é possível dizer que “a crise sanitária provocada pela Covid-19, por mais dramática que seja, parece também uma repetição de catástrofes sanitárias e ecológicas por vir” (BLANC, LAUGIER e MOLINIER, 2020, p. 1).

Em resposta a estas questões, movimentos sociais latino-americanos foram capazes de reorganizar suas agendas de luta, de forma a contemplar tal entrecruzamento e resistir diante do aumento da desigualdade e da retirada de direitos de grupos há muito desfavorecidos socialmente e politicamente. As múltiplas estratégias retomaram práticas já conhecidas por muitos destes movimentos, como a distribuição de cestas básicas de forma comunitária, a intensificação das redes de comunicação e a luta pelo acesso irrestrito à saúde pública e de qualidade.

Para a comunidade LGBTQIA+, a pandemia aprofundou aspectos de vulnerabilidade, deslegitimação e negligência no que diz respeito ao arcabouço de políticas públicas elaboradas em relação aos seus corpos. Destacamos o caso da população trans, “[...] visto que se trata de uma população discriminada e dificilmente considerada pelo Estado no sentido de não lhes proporcionar, em condições de igualdade, acesso digno ao sistema público de saúde gratuito e de qualidade” (OLIVEIRA, 2020, p. 103). Em algumas localidades, estes fenômenos de exclusão e aumento da vulnerabilidade foram interpelados por avanços na ocupação de espaços institucionais, o que demonstra as diferentes frentes de luta e busca por pertencimento da população trans e não binária. No presente texto, abordamos os efeitos das políticas emergenciais sobre as vivências LGBTQIA+ e a luta do movimento pela conquista de espaço em arenas governamentais decisórias. Para tal, observamos, sob o prisma de vivências trans, a conjuntura do Brasil e do Panamá durante o ano de 2020.

Desafios em continuidade — a questão trans na América Latina, em especial no Brasil

O cotidiano da população trans na América Latina é interpelado por diversos desafios e os dilemas da integração social atingem este agrupamento por meio de múltiplas tecnologias de violência e exclusão. Segundo o relatório “Transfobia compromete a saúde de Mulheres Trans”, elaborado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em março de 2020, a expectativa de vida média da população transexual no Brasil é de 35 anos, sendo que tal estimativa é de “menos da metade da média nacional, que é de 75,5 anos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Além deste dado alarmante, o relatório ressalta a dificuldade de acesso e atendimento de qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e aponta a transfobia como um dos fatores principais de adoecimento de pessoas trans em território brasileiro.

3 Para mais registros e informações sobre os marcadores supracitados, ver: *Comunica América Latina n.1* e *Comunica América Latina n.2*.

Infelizmente, este quadro se repete em diversos países da América Latina, como divulgado na reportagem do El País, intitulada “Ser transsexual na América Latina é uma tortura”. O número de ataques, em sua maioria fatais, contra a comunidade trans tornam público o perigo de existir enquanto população de risco mesmo fora de conjunturas de crise sanitária.

A transfobia dá nome à aversão sentida por alguns indivíduos contra as pessoas trans e às consequências desse sentimento, quais sejam, a discriminação, as violações de direitos, a marginalização, as agressões e os assédios praticados contra essa comunidade. (FERNANDES e RIBEIRO, 2018, p. 3)

A permissividade do discurso transfóbico se deve muito ao modo com o qual as identidades de gênero e sexuais são historicamente construídas a partir de binarismos biológicos reducionistas. Colocando-se frente a este quadro, os movimentos LGBTQIA+ pressionam pelo reconhecimento das diversas formas de existência “além dos tradicionais ‘homem’, ‘mulher’, ‘heterossexual’ e ‘homossexual’”, e como resultado “têm produzido uma desestruturação das lógicas binárias e de referências que se orientam pela biomedicina e fundamentação essencialista” (PERES e TOLEDO, 2011, p. 263). Este conjunto de práticas diz respeito ao chamado “biopoder”, que é o “crescente ordenamento em todas as esferas sob o pretexto de desenvolver o bem-estar dos indivíduos e das populações. [...] que tem como única finalidade o aumento da ordem e do próprio poder” (RABINOW e DREYFUS, 1995: XXII *apud* PERES e TOLEDO, 2011, p. 264).

A história da sigla T em território nacional é marcada por violências em todas as esferas, baseadas em estereótipos e alocações indesejadas no imaginário popular, que impedem possibilidades de uma vida plena. Tais violências se refletem em dados, visto que o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo - até setembro de 2020, houve 350 assassinatos contra esta população⁴. Trabalhos como os de Helio Silva (2007) e Don Kullick (1995) demonstram as vivências e violências reportadas pela população das travestis e transexuais brasileiras, que são deslocadas socialmente a um processo de prostituição e, por vezes, de marginalidade. Essas posições carregam estigmas como, por exemplo, o de propagadoras do vírus HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), além da inglória imagem de seres noturnos e violentos, cuja aproximação e relações precisam ser feitas com cuidado — imagem esta popularizada, inclusive, por outros setores da comunidade LGBTQIA+. Fatores como rejeição, violência no âmbito familiar, evasão escolar e negação da entrada no mercado de trabalho formal, são fortemente responsáveis por este quadro. Este tipo de estigma também é demonstrado em bibliografias mais recentes:

No caso das travestis, muitas são empurradas para a marginalidade, recorrendo à prostituição para sobreviver, compondo um imaginário que naturaliza a associação das travestis com a prostituição. Na rua, as travestis têm que lidar com profissionais da segurança pública que

4 Ver matéria “Pelo 12º ano consecutivo, Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo”.

não só, muitas vezes, abusam sexualmente delas, como as extorquem, assim como a seus clientes. Elas vão ganhando, então, nuances de estigmatização. Com a ausência de políticas públicas e programas inclusivos, a entrada das travestis no mundo da prostituição se torna pura negligência do Estado. Como contraposição, encontramos incomuns situações de travestis que tiveram algum tipo de sorte e trabalham em diversos ofícios, inclusive de nível universitário. Deste modo, fica claro que travesti não é sinônimo de prostituição e que, se ocupa esse lugar no mundo, isso ocorre em consequência das diversas desigualdades sociais, políticas, raciais, sexuais e de gêneros que incidem sobre seus corpos. (PERES e TOLEDO, 2011, p. 267).

Há uma demanda um tanto fetichizada na busca por estudos de pessoas trans e suas vivências, e seu foco quase sempre é direcionado a uma vida trágica e uma construção de narrativa nesse sentido. Contudo, o momento histórico referente às alocações de pessoas transexuais e transgêneras no Brasil nunca foi tão díspar e significativo. Nas eleições municipais de 2020, houve um movimento nunca antes presenciado, em que o número de candidatas/os a vereadores/as travestis e transexuais eleitos passou de 8, em 2016, para 30 eleitos neste ano, num aumento de 300%, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). No total, concorreram às eleições 294 travestis, mulheres trans e homens trans. Segundo uma reportagem do El País, essas candidaturas variaram dentre os aspectos políticos, como por exemplo uma candidata de partido filiado à direita do espectro político no Espírito Santo, partido este apoiador direto da gestão do atual presidente Jair Bolsonaro.

A eleição de candidaturas trans ocorreu em capitais e outros centros urbanos em todas as regiões do Brasil, com destaque para Duda Salabert (PDT) em Belo Horizonte, Linda Brasil (PSOL) em Aracaju e Erika Hilton (PSOL) em São Paulo — ambas se tornaram as vereadoras mais votadas dessas cidades. A eleição destas figuras, em um contexto político de grande movimento conservador e de ataque aos direitos destas populações minoritárias, demonstra as crescentes tensões no cenário social e cultural brasileiro, que conta com discursos diretos e indiretos do governo atual para a manutenção de uma violência simbólica sobre estes corpos.

Como observado, boa parte dos dados sobre vivências trans aqui relatadas condizem com o cotidiano da população brasileira, isto porque há uma dificuldade de acesso aos marcadores de gênero e sexualidade correspondentes a sigla T em algumas localidades, dentre estas o Panamá. A falta de documentação pode ilustrar aspectos de subalternidade compulsória e desconsideração, primeiramente pela falta de políticas públicas voltadas especificamente para a comunidade trans, segundo pela desconsideração de seus nomes sociais, ocupações no ambiente estudantil e mercado de trabalho. Estas questões quando somadas geram um “apagão de dados”, que dificulta apontamentos e investigações sobre demandas e problemas sociais enfrentados pelo grupo. Organizações como *Hombres Trans Panamá* lutam pela visibilidade da sigla T no país e na região da América Central, no entanto o alcance de suas pesquisas no que tange a produção de dados quantitativos ainda é limitada.

Vale ressaltar que existem esforços correntes para a documentação e publicização da existência trans na América Latina. Dentre estas destacamos a importante iniciativa da Rede Latinoamericana e Caribenha de Pessoas Trans (REDLACTRANS), que age de forma a coibir a violência e a desigualdade que incide sobre pessoas trans na região, e produz relatórios sobre o cotidiano da população, suas organizações de luta em diversos países da região, além de registrar suas demandas e avanços em documentos públicos. De acordo com esta rede, “atualmente cerca de 24 organizações são lideradas por mulheres trans [...] um importante mecanismo para pensar as relações a nível continental no que se refere a questões tão importantes como a educação, o emprego, a saúde e, sobretudo, a proteção [...]” (OLIVEIRA, 2020, p. 104).

Entidades como a REDLACTRANS se preocupam com as pautas da sociedade civil e com as possíveis formas de interpelar e subverter barreiras, muitas destas impetradas pelo Estado. Atuam, assim, de maneira corrente no combate às políticas que são alocadas na literatura como integrantes das práticas de biopoder e controle dos corpos considerados marginais — pelas instituições hegemônicas que produzem a normatividade.

As práticas de exclusão continuada da população trans são constituintes deste aparato e responsáveis pela legitimação de discursos que visam a padronização sob o prisma da heteronormatividade, bem como uma correspondência das categorizações biológicas de gênero (PERES e TOLEDO, 2011). O biopoder, por fim, hierarquiza as relações sociais e subjuga, nas esferas institucionais e civis, experiências que não se encaixam nas suas designações morais, biológicas e, em boa medida, coloniais.

Em conjunto aos dados acima apresentados e tendo ciência da existência destes ideais e práticas nocivos, é perceptível como o ingresso de pessoas trans nas esferas políticas decisórias e o fortalecimento de suas redes militantes é importante para o avanço do debate político e das noções de liberdade e igualdade. A questão trans está progressivamente ganhando espaço no debate público e, felizmente, este marco histórico demonstra como o movimento não pretende nem irá recuar.

Vulnerabilidade e negligência em tempos de pandemia — vidas trans no Brasil e no Panamá em 2020

Durante a crise sanitária da covid-19, algumas das práticas recomendadas para a contenção do vírus foram o distanciamento e o isolamento social, este último impulsionado pelas palavras de ordem “Fique em Casa”, no Brasil, e “*¡Quédate en casa, Panamá!*”. Apesar da urgência da permanência em casa, aconselhada pelas agências supranacionais de saúde, não houve garantia do acesso à moradia para muitas populações, como é o caso de indivíduos LGBTQIA+.

Como apontado em relatório da Faculdade de Medicina da UFMG citado anteriormente, sabemos que há uma série de obstáculos no acesso aos serviços de saúde para a população trans no Brasil, e isto se agrava durante a conjuntura pandêmica. Somado a isso, há um fator de vulnerabilidade que é o risco de desabrigo sofrido por essa mesma população. Como aponta a vereadora de Belo Horizonte Duda Salabert (PDT) no comunicado do relatório supracitado: “6% das travestis e transexuais foram expulsas de casa com menos de 13 anos de idade”. Portanto, os processos de circulação e de acesso à moradia, apontados como “dilemas da integração social que produzem a cidade” (MACHADO, 2016, p. 17), incidem mais fortemente sobre pessoas transgênero. Um exemplo emblemático do risco de desabrigo foi a reintegração de posse sofrida pela Casa Nem, espaço de acolhimento de pessoas LGBTQIA+ — principalmente indivíduos da sigla T — na cidade do Rio de Janeiro. Ocorrida em agosto de 2020, a desocupação é uma das ações que desestabiliza materialmente, psicologicamente e fisicamente a população trans.

Já de início, estes dados e análises nos indicam que, além da necessidade de pensar politicamente a integração social dos mais variados grupos, a questão do gênero e da sexualidade não deve ser tratada como secundária diante das estratificações da sociedade moderna. Tampouco as desigualdades políticas, sociais e econômicas decorrentes delas devem ser categorizadas como simplesmente problemas identitários. Diante deste quadro crítico, “a ANTRA vem monitorando a violência contra essa população, mapeando as organizações de apoio LGBT na época da covid-19, em conjunto com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexos (ABGLT), hoje presidida por Simmy Larrat, mulher trans” (OLIVEIRA, 2020, p. 113).

Em adição à dinâmica de incerteza de moradia, algumas políticas de combate ao novo coronavírus afetaram diretamente o bem estar e a segurança da comunidade trans na América Latina, como é o caso do Panamá. Ainda no começo de 2020, uma das primeiras ações do governo panamenho, sob administração de Laurentino Cortizo (Partido Revolucionário Democrático - PRD), foi a instituição do *lockdown*, cujas diretrizes de controle de circulação eram baseadas no gênero, com dias de saída pré-determinados para homens e mulheres⁵. Esta designação foi considerada problemática de início, e se agravou conforme o sistema de conferências foi posto em prática. Além de estar baseado fortemente na noção de “sexo biológico”, tal checagem era realizada pelas instituições policiais e exigia apresentação de documentos oficiais para a comprovação do gênero de cidadãos e cidadãs. O sistema de vigilância afetou profundamente indivíduos trans e não binários

5 O governo federal peruano também instituiu no país, durante o mês de abril de 2020, o rodízio de circulação dividido por gênero, entretanto a política foi revogada após uma semana de aplicação. Durante este período foram registradas detenções em decorrência do descumprimento da regra, casos de mães solo, que precisavam circular para garantir insumos e foram detidas, receberam destaque. Após críticas de movimentos sociais, a medida foi destituída. Em substituição, foi adotado o controle de circulação com base em núcleos familiares, que instituiu que apenas um indivíduo de cada núcleo poderia sair de casa diariamente.

residentes do país, que por muitas vezes não possuíam documentações atualizadas, tampouco se identificavam com as categorizações de gênero existentes no sistema de cadastramento panamenho.

Consideramos esta política uma forma de controle de corpos sustentada pelo biopoder (PERES e TOLEDO, 2011), primeiramente por transpor tecnologias de vigilância características da segurança pública e ou controle populacional para as políticas emergenciais de saúde, e também por oferecer riscos e ações potencialmente violentas sob o discurso de proteção da ordem e do bem-estar geral de uma determinada sociedade. De acordo com uma reportagem da rede de notícias BBC News Brasil de maio de 2020, a conjuntura escalou de forma dramática e, para muitas e muitos, tornou-se insustentável. Nesta reportagem, consta que, desde o início da determinação conhecida como “dias de gênero”, mais de 40 pessoas haviam entrado em contato com a organização Associação de Pessoas Trans do Panamá relatando situações de assédio e transfobia nos trajetos de acesso aos serviços essenciais.

Ao observarmos as denúncias, é perceptível como não apenas as forças institucionais agiam contra a comunidade LGBTQIA+ nas cidades panamenhas: a hostilidade também partia de determinados grupos da sociedade civil, como homens e mulheres heterossexuais donos de estabelecimentos que denunciavam a saída de pessoas trans nos dias demarcados. Suas ações ganharam uma infeliz legitimidade nas legislações emergenciais, empregando binarismos e cisnormatividade. Tais queixas perduraram durante todo o período do *lockdown* por divisão de gênero, findado em setembro de 2020. Essas experiências ilustram os efeitos decorrentes da transfobia, que se caracteriza como um tipo de “violência constante [que] impede a pessoa “trans” de exercer atividades cotidianas que pessoas cisgêneros normalmente exercem [...]” (FERNANDES e RIBEIRO, 2018, p. 3).

Um dos casos representativos do impedimento das atividades cotidianas, também apresentado na reportagem da agência BBC News Brasil citada acima, é o de Mônica. No dia designado à saída de mulheres, Mônica visava cumprir suas atividades rotineiras; uma delas ir ao mercado onde tem costume de realizar a compra de insumos. Segue o relato jornalístico, baseado na denúncia feita pela panamenha:

Monica entrou no mercado. Ela conhecia bem a família chinesa dona do estabelecimento. Eles a adoravam. Mas quando ela entrou, a atmosfera mudou. O proprietário se aproximou dela silenciosamente, seu rosto sem o sorriso que ela estava acostumada a ver. [...] “Nós não podemos atendê-lo, Monica”, disse ele. “A polícia disse que só podemos servir mulheres hoje. Eles disseram: ‘Não aos ‘maricónes’”⁶. (MEGHA MOHAN para a BBC News Brasil, em 10 de maio de 2020).

⁶ O termo “maricones”, em tradução livre, refere-se a “bichas”, forma pejorativa de tratamento para pessoas da comunidade LGBTQIA+, que neste contexto é ainda mais violento, pela referência masculinista à mulher trans, Mônica, assediada durante o episódio.

O episódio acima relatado condiz com as bases materiais e simbólicas que sustentam a violência contra a comunidade LGBTQIA+ e, principalmente, contra pessoas trans. Conforme apontam Fernandes e Ribeiro (2018), a recusa pela integração e aceitação de pessoas que não se identificam, em gênero e sexualidade, com a heteronormatividade e com a cisnormatividade⁷ remonta ao ideal colonial de um “homem ideal”. O imaginário masculino está fortemente visível na escolha do pronome de tratamento — masculino — direcionado à Mônica, sem respeitar sua identidade de gênero. Somado a isto, o termo utilizado é uma designação pejorativa mesmo aos indivíduos LGBTQIA+ que se identificam enquanto homens, tratando-se de um signo linguístico ofensivo, mobilizado para desumanização e deslegitimação completa da mulher assediada pelos donos do estabelecimento.

A ainda atual retórica colonial do Estado, que começa em nosso continente como pretexto para aceitar e valorizar a diversidade, é o principal inimigo na hora de pensar em políticas públicas para pessoas que ainda não conseguiram ter acesso às condições de ter uma vida digna, à representação de sua própria identidade nos espaços e a esperança de viver além dos 35 anos. (OLIVEIRA, 2020, p. 125).

Este constructo simbólico diz respeito às normatividades sociais de gênero correspondentes ao “projeto colonial de poder que conta com o absoluto apoio de todas as instituições: a família; a escola, bem como o Estado. E [...] demanda a subjugação de outrem como pilar, a colonização do ser é pressuposto de legitimação de status e pertencimento socioeconômico.” (FERNANDES e RIBEIRO, 2018, p. 5). As relações civis e institucionais ficam em evidência na fala transfóbica do proprietário do estabelecimento, que valida seu assédio a partir da entidade de força repressiva do Estado. Tal situação de violência ilustra como, para corpos considerados marginais, muitas das políticas emergenciais de saúde durante a conjuntura pandêmica tomaram formas de políticas de controle social, utilizando-se principalmente dos aparelhos da segurança pública como tecnologia de ação.

Comentários finais

Os estudos de caso recortados no presente texto demonstram a debilidade na produção de políticas públicas que contemplem a população LGBTQIA+ em diferentes países da região latino americana. Trata-se de um debate que procuramos desenvolver sob o prisma da crítica aos parâmetros institucionais, profundamente binaristas e normativos, embebidos por um ideal cisgênero que não condiz com a diversidade social existente. Este agrupamento civil corresponde a trabalhadoras e

⁷ Heterossexualidade condiz com a sexualidade e a afetividade voltada para pessoas da identidade de gênero oposta. Cisgeneridade diz respeito à identificação entre o sexo biológico e a identidade de gênero de uma pessoa.

trabalhadores, educandos e educandas, ativistas e produtores das realidades materiais na América Latina. Por conseguinte, o tratamento da questão trans como secundária ou deslocada dos problemas de classe, raça e gênero limita nossa capacidade analítica, teórica e prática na construção de outros mundos possíveis, mais inclusivos e conscientes.

Há, infelizmente, uma retórica de subalternização das dinâmicas de gênero e sexualidade não heteronormativas e cisgêneras, que não condiz com a interseccionalidade vigente na materialidade, em questões de gênero, classe e sexualidade se interpelam. Tal postura excludente desarticula a possibilidade de lutas conjuntas. Como trata o trabalho de Oliveira (2020, p. 106), a organização do “transfeminismo é, em si, um mecanismo de luta e reconhecimento”, que pode ganhar fôlego ao ser ouvido em diferentes espaços de construção política. Não há mais espaço para o tratamento desagregador das dinâmicas das vidas e experiências trans, que assume — a partir de uma obviedade falaciosa — que o problema da estratificação afeta suas vidas de forma díspar dos indivíduos cisgêneros. Em verdade, se há uma diferença, é a somatização das dinâmicas de exclusão sobre seus corpos e mentes, que rejeita toda pessoa que não condiz com os ideais colonizadores masculinos, heterossexuais e cisgêneros, como apontado na obra de Fernandes e Ribeiro (2018). Negar o espaço de organização política, junto a demais grupos em prol da mudança social, sob a narrativa de secundarização é reafirmar o biopoder e insuflar a potência controladora das instituições como conhecemos.

Referências

- FERNANDES, Estevão Rafael; RIBEIRO, Igor Veloso. Transfobia: Incessante Tortura. **Clareira-Revista de Filosofia da Região Amazônica**, v. 5, n. 1, 2019.
- GONÇALVES, Lara Sartório; GOMES, Simone Ribeiro; ZUCATTO, Giovana Esther. Apresentação. **Comunica América Latina I**. Observatório de Movimentos Sociais da América Latina - NETSAL, Rio de Janeiro. p. 4-6, 2020.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FioCruz, 2008.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Meio século de sociologia das classes populares urbanas. **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**, p. 15-32, 2016.
- OLIVEIRA, Alessandra Mawu Defendi. La realidad de mujeres transexuales y sus movimientos sociales en Sudamérica en tiempos de COVID-19. **Revista Ciencias y Humanidades**, v. 10, n. 10, p. 101-131, 2020.
- PERES, Wiliam Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Revista Electrónica de Psicología Política**, p. 261-277, 2011.
- SILVA, Hélio R. S. **Travestis: Entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro. Rocco, 2007.



Resumo

As imagens de objetos, ônibus, prédios, lojas e esculturas públicas em chamas convergem em uma estética dos protestos que transformam imediatamente a percepção das mobilizações junto à opinião pública. Os humanos usam o fogo há mais de 400.000 anos e a capacidade de controlá-lo é uma forma de medir nossa própria evolução. Mesmo assim, a magnificência do fogo fascina, assusta e apaixona. Neste texto, discutimos a presença de objetos flamejantes como estética permanente nos protestos latino-americanos, frequentemente tratados como momento de guinada violenta das mobilizações. Os exemplos mais recentes dos motins no Chile e na Guatemala servem para pensar uma atração iconográfica dos protestos, corroborada pela reação emocional às imagens veiculadas. Essas imagens são uma representação da radicalidade dos protestos ou seu reverso, a ausência de radicalismo e a necessidade de uma ação de simulação? O que significa a efemeridade das ações performativas que envolvem o fogo? Por que a fagulha não se espalha? A partir de uma pesquisa qualitativa, essas são algumas das reflexões que pretendemos provocar com este texto.

Palavras-chave: Fogo; Protestos; América latina; Estética; Violência.

É dezembro de 2020 e, após meses de bloqueio e restrições, a pandemia de covid-19 desacelerou, mas não pôs fim, aos protestos em todo mundo. Nos últimos meses, Guatemala, Chile, Colômbia e outros países latino-americanos contaram com protestos que foram enfrentados com severa repressão e com criminalização de ativistas. Os protestos são repetidamente descritos como começando "amplamente pacíficos, antes de tomarem uma virada violenta". Neste texto, debateremos o que acontece quando objetos em chamas são tomados como símbolos de uma "guinada violenta".

Nós nos concentraremos no fascínio que a presença do fogo exerce nas manifestações. Os seres humanos usam o fogo há mais de 40 mil anos e nossa habilidade em controlá-lo está ligada à capacidade de evoluir como espécie, usando-o para cozinhar, forjar ferramentas e se aquecer (WRANGHAM, 2009). Dentre outras coisas, o fogo representa paixão, desejo, renascimento, ressurreição, eternidade, destruição, esperança e purificação. A capacidade do fogo de nutrir e proteger, bem como de causar danos e matar, foi extensivamente pesquisada.

Não é incomum que o fogo seja associado a manifestações, seja em depoimentos de testemunhas, fotos ou vídeos. Historicamente, os movimentos sociais têm experimentado com a violência, como ilustrado pelas sufragistas em 1918. Embora imagens tradicionais retratem mulheres

1 Este texto foi publicado em inglês na revista online *Lo Squaderno*.

2 Doutoranda e mestre em Sociologia no IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. E-mail: larasartorio@hotmail.com

3 Professora do departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora associada do NETSAL. E-mail: simone.gomes@ufpel.edu.br

jovens segurando cartazes, determinadas a conquistar o direito ao voto, antes de conquistar esse direito elas também participaram de vários atos de violência, como explosões e detonação de bombas⁴.

As cenas de edifícios, lojas e esculturas públicas em chamas possuem uma espécie de atração magnética sobre os humanos. Objetos incendiados moldam imediatamente a percepção dos protestos nas redes sociais e nos meios de comunicação de massa. Medo, pânico, desespero, fascínio e desejo são algumas das emoções despertadas nesses cenários incendiários. Há, nesse sentido, uma *desintegração* da multidão. Em busca de segurança e integridade física, a individualidade vem em primeiro lugar e, como resultado, os outros se tornam imediatamente estranhos.

As mobilizações recentes no Chile, em 18 de outubro de 2020, que culminaram no incêndio de duas igrejas, são um bom exemplo nesse sentido. A data marcou o primeiro aniversário dos protestos inflamados em Santiago que levaram ao recente referendo para uma nova Constituição. Em reação às mais de 30 mortes e 600 feridos causados anteriormente pela polícia, um protesto massivo foi convocado para exigir uma reforma policial radical e justiça para as vítimas. Este acabou com o incêndio de duas igrejas, vistas como ligadas aos *carabineros* (policiais) envolvidos. Centenas de manifestantes foram presos. Da mesma forma, no final de novembro de 2020, na Cidade da Guatemala, capital da Guatemala, ocorreram manifestações contra o corte orçamentário do governo nas áreas sociais que terminaram com ativistas ateando fogo ao prédio do Congresso. Em 2017, protestos contra uma possível reeleição do presidente — enquadrada como um golpe de Estado — ocorreram em Assunção, no Paraguai, culminando com manifestantes também ateando fogo ao prédio do Congresso.

É de se perguntar o que esses atos com fogo representaram: uma vingança contra as políticas governamentais? Uma forma eficaz de derrubar símbolos de opressão e privilégio? Um retrato da vitória das reivindicações dos manifestantes? A piromania não é um fim em si mesma, mas um ritual com potencial comunicativo e mobilizador. O fogo, como símbolo de um mundo decadente, também é uma política performativa.

Em concordância com outras análises (OKUNEVA, 2020) que levam em conta os protestos em curso na América Latina, uma coisa é certa: estes têm uma estética trans-histórica consistente. O silêncio seletivo da mídia global sobre os protestos que estão ocorrendo no Chile e na Guatemala, por exemplo, só pôde ser quebrado com as imagens de barricadas flamejantes, igrejas queimando e o Congresso incendiado. Essas imagens são poderosas em performatividade, ou seja, possuem significado em si mesmas. Se prédios estão em chamas, então as pessoas estão fartas, o governo deve cooperar e as demandas das minorias serão finalmente ouvidas — assim pensam alguns ativistas.

4 Ver matéria: "Suffragettes, violence and militancy".

Mas nem sempre é assim que os protestos parecem operar. A literatura de movimentos sociais os considera funções-chave da democracia, uma expressão de ideais e princípios que necessariamente desafia as ortodoxias dominantes. No passado, o movimento pelos direitos civis passou por várias grandes inovações táticas, de boicotes de ônibus aos *sit-ins*, das caminhadas pela liberdade às campanhas comunitárias (TUFECKI, 2017). Na última década, os protestos parecem ter apelado mais para as ações performáticas (BUTLER, 2015). Essa forma de luta está amplamente relacionada às mobilizações que surgiram após a crise econômica e financeira de 2008. Essas reações ocorrem quando as pessoas se mobilizam contra desigualdades, injustiça, exclusão e outras precariedades. Por sua vez, a estética dos protestos inclui humor, *graffiti*, slogans, arte, símbolos, gestos, cores e outros elementos que podem ser compartilhados digitalmente pela cultura, tanto performativa quanto comunicativa (McGARRY, ERHART, ELEN-ZIYA, 2019).

O que se segue aos protestos também importa. Não é incomum que ocorram, por exemplo, saques — às vezes considerados repertórios de contestação, principalmente por sua relação com outros movimentos de uma luta específica. Rudé (1959) e Thompson (2016) documentaram motins na Europa dos séculos XVIII ao XX, atestando que saques, depredações e práticas incendiárias eram comuns. No Brasil, embora historicamente disputada entre membros da esquerda (GORENDER, 1987) desde os anos 1930, a ação direta apareceu em caráter espontâneo como uma forma de luta de intensa repercussão. Os saques podem demonstrar a realidade de um determinado momento histórico, trazendo à tona as contradições, os conflitos e as tensões nas esferas política, econômica e social.

Nesse sentido, a literatura sobre motins (BRIGGS, 2012, FERREIRA, 2009, BOWNDEN, 2014, ABT, 2019, ABU-LUGHOD, 2006) aponta que os objetos e edifícios em chamas invariavelmente provocaram toques de recolher, reação policial e repressão (in)justificada. A ideia de que tudo deve queimar para o começo de um novo mundo não é nova, mas ainda assim o ato de atear fogo é emblemático nas lutas contemporâneas. Destacamos uma certa piromania, que é parte importante dos motins contemporâneos — também por conta de seu potencial imagético. O fogo, então, exerce um fascínio sobre um amplo *continuum* político: grupos de direita buscam a incriminação assim que veem as chamas, ao passo que ativistas celebram o que consideram uma vitória. Uma hipótese é que o fogo é uma condição permanente entre os padrões de mudança de protesto. Como se a revolução estivesse chegando, a interpretação dos movimentos sociais depois que as coisas pegam fogo é de que o presente repete o passado: as pessoas estão dizendo “basta!”.

Tanto a vingança quanto a fadiga foram alguns dos combustíveis sociais do século passado na América Latina; mas o resultado, e muito provavelmente a repressão, dos protestos vêm depois da queima de objetos. O que o útil recurso de fogo em protestos não permite passar incólume são as

ações e vozes insistentes dos manifestantes, que Thompson (2016) certa vez chamou de 'desordeiros da fome'⁵.

Essa relação de efeitos do fogo também encontra seu caminho na mídia hegemônica, uma vez que se torna impossível para os agentes do Estado não tomar uma posição, lado a lado com o aumento da repressão. A única variação nesse ponto diz respeito ao grau de repressão a ser empregado.

A América Latina está — permanentemente — em chamas

O cenário pandêmico nos impeliu para a radicalidade do momento em que vivemos: o apocalipse parece ser nada mais do que a própria vida cotidiana. O regime de sobrevivência a que está condenada a grande maioria da população mundial implica experimentar a vida suspensa, à espera da morte. Não é coincidência, então, que as imagens associadas às insurreições nos afetem pelo vermelho e pelo calor. Fogo. O momento em que o presente incendiário nos faz enfrentar o medo — o pânico de perder o que temos de tão pouco — também é sedutor. Assim como o calor é agitação, o fogo pode funcionar como uma extensão dos atos de criação: como transformação.

O fogo do inferno desempenha um papel na memória constituída. Ao invocar noções divinas, encontramos-nos em um mundo dividido entre o bem e o mal — um maniqueísmo apropriado para contextos de guerra (permanentes). Não é infrequente a — equivocada — associação entre ativistas e terroristas. Seguindo o exemplo dos Estados Unidos, alguns países aprovaram leis antiterrorismo nos últimos anos que enquadram coletivos, organizações, movimentos e manifestantes políticos como terroristas. A estética do fogo desempenha um papel sedutor para esse discurso diante de um imaginário político que repetidamente associa fogo e terror. A violência política representada desde os oprimidos por meio da *política do medo* (SARTORIO, 2018) criou um terreno fértil para o autoritarismo, o controle social e o aumento da vigilância da população.

O fogo e o medo estão intimamente ligados também quando se trata de produzir percepções do outro: a imagem do fogo, com seu extraordinário poder comunicativo, lança os fenômenos como expressão de sua verdade. Quando observamos as imagens de fogo durante os protestos, por exemplo, há um radicalismo imediatamente expresso por ela: os manifestantes não são apenas uma ameaça, mas realmente perigosos. O espetáculo do fogo, portanto, adiciona uma dimensão ao poder de protesto, embora seja também frequentemente capaz de justificar a repressão desproporcional do Estado.

5 *Hungry rioters*, em inglês, no original. Tradução nossa.

As ações performativas em protestos podem ser vistas como uma simulação de radicalismo. Gurgel (2015, p. 40) definiu atos semelhantes como "ações políticas efêmeras, concentradas no tempo presente, com uso extraordinário do espaço e simulando radicalidade". A continuidade dos protestos latino-americanos também pode ser encontrada em não saber o que fazer após a cena efêmera do incêndio: o desafio continua ser descobrir como escapar da simulação e fazer a fagulha se tornar o estopim.

Referências

- ABU-LUGHOD, Janet L. Race, Space, and Riots in Chicago, New York and Los Angeles. **Social Forces** 88, 3, 2006.
- ABT, Thomas. **Bleeding Out. The Devastating Consequences of Urban Violence.** Basic Books, 2019.
- BUTLER, Judith. **Notes toward a performative theory of assembly.** Harvard university Press, 2015.
- CHAMAYOU, Grégoire. **A Theory of the Drone.** The New Press, 2015.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Editora Ática, 1987.
- GURGEL, Clarisse. **O Império das Imagens: A Ação Performática entre Acting Out e Passagem ao Ato,** 2015.
- ILHARCO, Fernando. A catarse do fogo: a simbologia do fogo nos ecrãs da televisão. **Comunicação & Cultura** 5, pp. 139-153, 2008.
- NAVICKAS, Katrina. Fire and fear: rioting in Georgian London and contemporary Britain. **History Policy**, 2011.
- MCGARRY, Aidan, ERHART, Itir, ESLEN-ZIYA, Hande, *et al.* Introduction: The Aesthetics of Global Protest: Visual Culture and Communication. In : **The Aesthetics of Global Protest: Visual Culture and Communication.** Amsterdam University Press, pp. 15-35, 2019.
- OKUNEVA, Liudmila. Latin America has set in motion: what is the meaning of social protests in October 2019?. **Latinskaia Amerika**, n. 1, p. 8-21, 2020.
- RUDE, George. **The crowd in the French Revolution.** Vol. 129. Oxford: Clarendon Press, 1959.
- SARTORIO, Lara. **Afetos, corpos e territórios : medo e violência na Maré e na Palestina.** Dissertação, Mestrado em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018.
- THOMPSON, Edward. **The making of the English working class.** Open Road Media, 2016.
- TUFECKI, Zeynep. **Twitter and Tear Gas.** Yale University Press, 2017.
- WRANGHAM, Richard. **Catching fire: how cooking made us human.** Basic books, 2009

Observatório de Movimentos Sociais da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA III

outubro - dezembro/2020

